



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

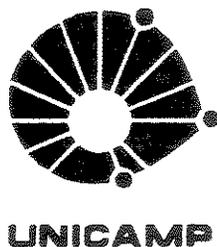
THELMA HOEHNE PERES POLATO

**POR UM LAZER POTENCIALMENTE TRANSFORMADOR: UM ESTUDO
SOBRE AS APROPRIAÇÕES CONCEITUAIS DO LAZER**

CAMPINAS - SÃO PAULO

Julho - 2004

**BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO
COLEÇÃO**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

THELMA HOEHNE PERES POLATO

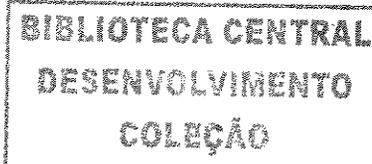
**POR UM LAZER POTENCILAMENTE TRANSFORMADOR: UM
ESTUDO DAS APROPRIAÇÕES CONCEITUAIS DO LAZER**

Dissertação de Mestrado
apresentada à Pós-Graduação da
Faculdade de Educação Física da
Universidade Estadual de Campinas
para obtenção do título de Mestre
em Educação Física.

Orientador: Professor Doutor Lino Castellani Filho

CAMPINAS - SÃO PAULO

Julho - 2004





UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

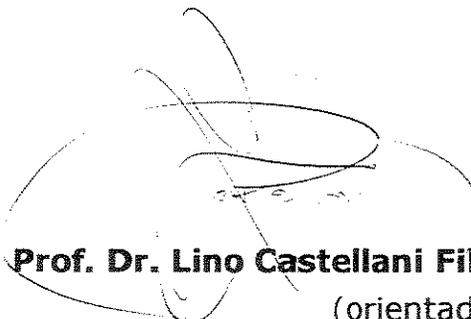
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

AUTORA: THELMA HOEHNE PERES POLATO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO:

"POR UM LAZER POTENCIALMENTE TRANSFORMADOR: UM ESTUDO DAS APROPRIAÇÕES CONCEITUAIS DO LAZER"

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação de mestrado defendida por Thelma Hoehne Peres Polato e aprovada pela Comissão Julgadora em 30 de julho de 2004.



Prof. Dr. Lino Castellani Filho
(orientador)

Campinas, 30 de julho de 2004.

Nº CHAMADA TI/UNICAMP

P757p

V _____ EX _____

TOMBO BC/ 67581

PROC 16 - P. 00123/06

C _____ D~~X~~ _____

PREÇO 11,00

DATA 22/03/06

Nº CPD _____

BIB ID - 374029

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA
BIBLIOTECA FEF – UNICAMP**

Polato, Thelma Hoehne Peres.

P757e Por um lazer potencialmente transformador: um estudo sobre as apropriações conceituais do lazer / Thelma Hoehne Peres Polato. – Campinas, SP: [s.n], 2004.

Orientador: Lino Castellani Filho.

Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas.

1. Lazer. 2. Lazer – Pesquisa. 3. Educação Física. I. Castellani Filho. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

RESUMO

A contemporaneidade mostra como evidente e enfática a necessidade de transformação do mundo. Mas como pensar essa questão na especificidade das discussões sobre o lazer? Como uma reflexão sobre as apropriações conceituais do lazer pode contribuir para tal feito? Como pensar um lazer com possibilidades transformadoras? Para tanto, não podemos desconsiderar a mediação que o lazer mantém com a sociedade, com o processo produtivo/processo de trabalho e com a qualificação humana, tendo em vista que ele próprio pode contribuir no processo de análise e compreensão do homem em suas relações e práticas sociais. A explicitação do seu papel social e da sua relação com o processo de produção da vida nos levou a uma compreensão do lazer como um fenômeno contraditório, como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais sendo, ele mesmo, forma específica de relação. O lazer, quando apreendido no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ele mesmo constituído e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo de disputa hegemônica. Esta disputa se dá na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos do lazer. Dessa forma, este estudo teve por finalidade discutir as perspectivas conceituais pelas quais o lazer vem sendo entendido para que fosse possível refletir, de maneira dialética, sobre suas apropriações, definições e interpretações, permitindo, assim, abrir perspectivas para alternativas de ação neste campo específico. Por meio da análise, explicitação e exposição das semelhanças, distinções e categorias explicativas das produções presentes no debate teórico da Educação Física brasileira contemporânea foi possível caracterizar em duas tendências os conceitos dos autores delimitados para este estudo, uma hegemônica e uma contra-hegemônica. Definiu-se por tendência hegemônica aquela que reforça a dominação cultural, ideológica, moral e política da classe dirigente, pensando o lazer em conformismo com o sistema de dominação de uma classe sobre a outra. Identificou-se ser a apropriação teórico-conceitual de Bramante a única que se coloca nesta perspectiva. Por tendências contra-hegêmicas entendeu-se serem aquelas que, diante desta dominação, vêem no lazer a possibilidade da crítica ao sistema, contribuindo para a construção de sujeitos historicamente ativos e organizados na busca de formas para sair da submissão e prosseguir na construção de uma nova sociedade. Identificou-se que os conceitos apresentados por Marcellino, Bruhns, Mascarenhas e Marcassa se colocam nesta perspectiva, mas com algumas diferenças. Bruhns e Marcellino apresentam as possibilidades transformadoras do lazer numa perspectiva de reforma. Já Marcassa e Mascarenhas, numa perspectiva de revolução, pois apresentam elementos que efetivamente indicam os caminhos para a construção de um novo projeto hegemônico a partir do lazer.

ABSTRATC

The contemporary shows as evident and emphatic the need of transformation of the world. But how to think that subject in the specification of the discussions on the leisure? How can a reflection about the conceptual appropriations of the leisure contribute to such a fact? How to think a leisure with possibilities transformation? For so much, we cannot disrespect the mediation that the leisure maintains with the society, with the process work productive / process and with the human qualification, tends in view that him own it can contribute in the analysis process and the man's understanding in their relationships and social practices. The exposition of her social role and of his relationship with the process of production of the life took us the an understanding of the leisure as a contradictory phenomenon, as a social practice, a human and historical activity that it is defined in the group of the social relationships, in the collision of the groups or social classes being, him same, it forms specific of relationship. The leisure, when apprehended in the plan of the determinations and social relationships and, therefore, him same constituted and constituent of these relationships, she comes historically as a field of dispute hegemony. This dispute feels in the perspective of articulating the conceptions, the organization of the processes and of the contents of the leisure. In that way, this study had for purpose to discuss the conceptual perspectives for the which the leisure has been understood so that it was possible to contemplate, of way dialectics, about their appropriations, definitions and interpretations, allowing, like this, to open perspectives for action alternatives in this specific field. Through the analysis, explicit and exhibition of the similarities, distinctions and explanatory categories of the present productions in the theoretical debate of the contemporary Brazilian physical education was possible to characterize in two tendencies the authors' concepts delimited for this study, a hegemony and an against-hegemônica. It was defined by tendency hegemony that that reinforces the dominance cultural, ideological, moral and politics of the head class, thinking the leisure about conformism with the system of dominance of a class on the other. It identified himself to be the theoretical-conceptual appropriation of Bramante the only that it is put in this perspective. For tendencies against- hegemony she understood each other be those that, due to this dominance, they see in the leisure the possibility of the critic to the system, contributing to the construction of subjects historically assets and organized in the search in ways to leave the submission and to continue in the construction of a new society. She identified that the concepts presented by Marcellino, Bruhns, Mascarenhas and Marcassa are put in this perspective, but with some differences. Bruhns and Marcellino present the possibilities transformer of the leisure in a reform perspective. Already Marcassa and Mascarenhas, in a revolution perspective, because they present elements that indeed indicate the roads for the construction of a new one project hegemony starting from the leisure.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1 - Processos históricos de desenvolvimento do lazer na Educação física brasileira e suas apropriações conceituais.....	12
CAPÍTULO 2 - As condições capitalistas contemporâneas e o lazer: trabalho, tempo de trabalho e sociedade.....	34
2.1. Pela defesa de um conceito de trabalho: o trabalho e sua perspectiva ontológica.....	36
2.2. O cenário atual a crise contemporânea: o lugar do trabalho e o espaço para o lazer.....	49
CAPÍTULO 3 - As apropriações conceituais do lazer e seus autores: possibilidades transformadoras?.....	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Lino Castellani Filho, professor e amigo, por ter confiado em mim durante todo o processo de construção e produção desta pesquisa e por ter contribuído, com suas orientações e com nossas conversas informais, com o meu engrandecimento não só acadêmico, mas também pessoal. Muito obrigada!

Ao amigo Edson Marcelo Húngaro, o grande responsável por minha chegada até aqui, desde os tempos da graduação até a finalização deste trabalho, um agradecimento especial. Muito do que eu sou hoje eu devo a você. Muito obrigada!

Aos meus amigos Ney, Wilson, Marcelo Pereira e Ketí, por sempre me incentivarem a continuar caminhando. Muito obrigada!

À minha amiga Valdete pelo trato carinhoso de sempre. Muito obrigada!

Aos meus avós Luiza e Hélio, às minhas tias Marize e Maricene, aos meus primos Matheus, Mariana e Maria Júlia. Sem vocês eu não seria quem eu sou. Muito obrigada!

Aos meus irmãos Leonardo e Leandro pelo carinho que dedicam a mim. Muito obrigada!

À minha irmã Thaís por sempre estar presente, incentivando, dando colo ou dando bronca. Enfim, por sua presença constante, por sua atenção, carinho e preocupação comigo. Muito obrigada!

Ao meu nego, por me ensinar "... que escorregar não é cair, é o jeito que o corpo dá...", me ajudando a ser mais confiante. Pelo seu amor e amparo nos momentos mais difíceis. Pela sua alegria. Muito obrigada!

Aos meus pais Márcia e Waldemar por permitirem que cada um de seus filhos pudesse sonhar. A possibilidade do sonho e o amparo repleto de carinho, atenção, compreensão, dedicação, confiança, esperança e amor foram os grandes responsáveis pelo que hoje estou conseguindo. Muito obrigado pelo que fizeram, fazem e farão por mim.

INTRODUÇÃO

Vivemos no período das chamadas “revolução tecnológica” e “globalização econômica”. A robótica e microeletrônica alteram hábitos e comportamentos com velocidade impressionante. Mudam-se também as relações de poder. O neoliberalismo se impõe como pensamento único. Quebram-se as barreiras do comércio. Anuncia-se o “fim do trabalho” e o “fim da história”. Aprofundam-se as cisões. Aumentam as desigualdades e injustiças. Avançam, em processo acelerado, os índices de miséria e pobreza entre a maioria da população mundial. Acabam-se as políticas sociais. Festejam-se os lucros. Diante deste cenário, cabe então a pergunta chave: que importância ganha ou merece a problemática do lazer? (Mascarenhas, 2000).

Para a compreensão do lazer – que se apresenta como uma categoria concreta – é preciso, primeiramente, compreender tal fenômeno em sua totalidade, para que se possa identificar as relações estabelecidas e também, dessa forma, demonstrar as possibilidades do lazer se apresentar como potência transformadora.

Neste trabalho iremos dar maior atenção ao enfoque dado às questões referentes às apropriações conceituais que o lazer tem recebido. Embora este seja o foco principal de estudo nesta pesquisa, não há como não considerar ou como eliminar a necessária mediação que o lazer mantém com as questões referentes à sua relação com a sociedade, com o processo produtivo/processo de trabalho e com a qualificação humana, tendo em vista que o lazer pode contribuir no processo de análise e compreensão do homem em suas relações e práticas sociais.

Dessa forma, a reflexão sobre o lazer, no seu sentido mais amplo, pode acarretar na discussão de questões pertinentes à sua função social perante os diversos processos de desenvolvimento da sociedade, no que

diz respeito à produção e reprodução das relações sociais. Sendo assim, a consideração e o tratamento das relações entre o lazer e a estrutura econômico-social, o processo de produção, as transformações tecnológicas, o processo de divisão do trabalho, bem como a produção e reprodução da força de trabalho, constituem-se como essenciais para a correta apreensão do lazer e da função que este, hegemonicamente, tem recebido como um tempo/espço de controle para responder às demandas do capital.

O caráter subordinado do lazer aos interesses do capital tem tomado, historicamente, formas e conteúdos diversos. Assim, por diferentes maneiras, o caráter contraditório das relações sociais capitalistas pode ser explicitado no âmbito das relações entre a sociedade e o lazer, ou destes com o processo produtivo.

O estudo do lazer configura-se, nessa perspectiva, como relevante para entender o processo de diferenciação que constantemente reproduz a desigualdade entre os vários grupos que compõem a sociedade. É um aspecto da vivência e uma mediação importante para entender os mecanismos estruturais. Referido ao trabalho, o lazer pode ser pensado como componente da esfera do consumo e as formas de ocupação desse tempo acabam sendo reveladoras de facetas importantes das regras do poder (MACEDO e FIGUEIREDO, 1988, p.62).

Em boa medida, a literatura nos revela as formas específicas desta subordinação e não é objetivo deste trabalho expô-las. Cabe, apenas, registrar que o caráter explícito desta subordinação é uma clara diferenciação do lazer para as classes dirigentes e a classe trabalhadora,

bem como a de um lazer que se configura como consumo, como uma mercadoria.

Precisamos ressaltar, apesar disso, que o lazer também pode ser tratado como um tempo/espço de desenvolvimento das potencialidades humanas desde que, neste tempo/espço de lazer, seja buscado trabalhar com conhecimentos e habilidades que permitirão uma melhor compreensão da realidade que nos cerca, desenvolvendo-nos a capacidade de fazer valer nossos interesses e necessidades.

Sabemos também que não basta uma mudança nos conteúdos do lazer. Tratá-lo como um tempo/espço de desenvolvimento das potencialidades humanas requer uma ação política para que tal superação possa ser construída, construção esta que deve se dar a partir das contradições sociais apresentadas pela atual sociedade, ou seja, a partir da realidade histórica a que estamos inseridos.

Acreditamos, portanto, no lazer como um fenômeno contraditório, porque concordamos com Valle (1988), quando diz que

É esse duplo aspecto revelado pelo lazer, atividade instrumentalizada e instrumentalizável pelo trabalho, alienação e empobrecimento e, por outro lado, necessidade radical capaz de conduzir a um dado a classe trabalhadora a transcender os limites socialmente impostos à sua liberdade, é essa complexa ambivalência que o torna imprescindível para a análise da sociedade atual. Ao mesmo tempo, é somente na medida em que essa dinâmica contraditória é colocada em foco que os estudos do lazer ganham a consistência teórica necessária, ultrapassando a mera ingenuidade ou oportunismo intelectual. (VALLE, 1988, p.48).

Por esta razão, podemos perceber que a explicitação do papel social do lazer e da sua relação com o processo de produção da vida, ou no mais específico, da apropriação conceitual que as diversas áreas têm sobre este fenômeno, vem marcada por concepções conflitantes e, sobretudo, antagônicas.

Desse modo, um estudo sobre as apropriações conceituais do lazer se justifica a partir do momento que almejamos intervir neste campo de maneira transformadora.

Para isso, acreditamos que o lazer, abordado a partir da realidade em que ele está posto e de sua articulação com esta realidade, deva ser concebido como uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais, no embate dos grupos ou classes sociais sendo, ele mesmo, forma específica de relação social, um espaço de qualificação humana, ou seja, de desenvolvimento das condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas.

Sendo assim, para que uma análise do lazer se coloque numa perspectiva crítica, ou para que a crítica se efetive, não basta engendrar a denúncia e a resistência, mas é necessário abrir perspectivas para alternativas, ampliando as análises que buscam entender o lazer no conjunto das relações e lutas sociais, na busca pela emancipação do homem.

Como nos diz Padilha (2000, p.61), quando se pensa em emancipação humana “[...] é preciso ir mais longe na reflexão do contexto

social, político e econômico, mesmo porque, denunciar a realidade não implica comprometimento com mudança [...]”.

Por entendermos que é a partir de determinada concepção de mundo e de homem de quem pesquisa que o estudo se fundamenta e que, também, o método se vincula, é importante esclarecer que este trabalho parte da concepção de homem como um ser social e histórico, inserido em uma estrutura social que, embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é também criador e transformador dessa realidade social.

Quase como consequência, a visão de mundo se apresenta como uma realidade concreta, determinada, porém, dinâmica, passível de ser transformada. É necessária uma reflexão racional das determinações existentes, da realidade objetiva para o desenvolvimento e transformação dos fatos. É necessário compreender os fatos, a partir de suas contradições, em sua totalidade onde, esse todo, depende da estruturação do modo de produção existente e das relações estabelecidas pelos homens.

Por acreditarmos que na contraditoriedade do fenômeno lazer é possível almejar caminhos que nos conduzam para a realização de uma sociedade realmente orientada por finalidades verdadeiramente humanas, é que as reflexões que incentivaram a construção desse trabalho consistiram na tentativa de levantar elementos que contribuíssem para uma melhor compreensão deste fenômeno, nos interrogando sobre o significado do lazer e a função que este exerce na sociedade. Mas, será

que ao buscar seu significado e função não estamos buscando conceituá-lo?

Conceituar significa compreender. E quem deseja compreender adequadamente a realidade, quem busca a distinção entre representação e conceito não deve se contentar com as suas simples representações. Deve buscar desvendar e destruir a aparente independência da realidade imediata com que a existência se manifesta, para poder chegar ao conhecimento do mundo real, ou seja, ao conhecimento de que as coisas, as relações e os significados são produtos do homem social. Processo pelo qual a humanidade e o indivíduo realizam a própria verdade, operam a humanização do homem. O que buscamos demonstrar com isso é que todo fato, todo fenômeno, só é compreensível em seu contexto e que, portanto, o próprio conceito é determinado pela realidade social (KOSIK, 2000).

[...] toda verificação de um fato, toda apreensão de um nexos, não são simplesmente fruto de uma elaboração crítica na perspectiva de uma correção factual imediata; ao contrário, partem daqui para ir além, para investigar ininterruptamente todo o âmbito do factual na perspectiva do seu autêntico conteúdo de ser, de sua constituição ontológica. (LUKÁCS, 1979, p.22).

A compreensão da gênese e do desenvolvimento dos fenômenos deve partir da compreensão de que nada, nenhuma relação, fenômeno ou idéia tem caráter de imutável (ANDERY, 1996). Assim, o movimento dos fenômenos, da sociedade e do próprio homem são a sua história, história construída pelas contradições que são inerentes e operam em todos os fenômenos. A compreensão real da sociedade implica no entendimento de

suas relações históricas, políticas e ideológicas. A base da sociedade, da sua formação, das suas instituições e regras de funcionamento, das suas idéias, dos seus valores são as condições materiais. É a partir delas que se constrói a sociedade, que se possibilita a compreensão do todo e que se permite a sua transformação.

Os fenômenos constituem-se, fundam-se e transformam-se a partir de múltiplas determinações que lhe são essenciais e que são determinadas e fazem parte de outras relações. Qualquer fenômeno faz, assim, parte de uma totalidade que o contém, o determina. A totalidade é entendida como totalidade de determinações, como totalidade de relações que constitui os fenômenos e é por eles constituídas (ANDERY, 1996).

Dessa forma, concordamos com Marx (1982), quando ele diz que o conhecimento é determinado pela matéria, transposta e traduzida na cabeça do homem.

O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. (MARX, 1984, p.25).

Com isso, podemos dizer que o estudo de qualquer fenômeno da realidade implica em compreendê-lo a partir de e na realidade concreta de que é parte, e não em compreendê-lo abstraindo-se essa realidade, retirando-o dela como se o fenômeno dela independesse. Dessa forma, o sujeito produtor de conhecimento não tem uma atitude contemplativa em

relação ao real, o conhecimento não é um simples reflexo, no pensamento, de uma realidade dada.

Os mesmos homens que estabelecem as relações sociais de acordo com sua produtividade material, produzem também os princípios, as idéias, as categorias, de acordo com suas relações sociais. [...] Assim, estas idéias, estas categorias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. São produtos históricos e transitórios. (MARX apud ANDERY, p.409).

Lukács (1997), ao falar sobre os delineamentos de uma ontologia histórico-materialista de Marx, coloca que, para este autor, todo existente deve ser sempre objetivo, ou seja, deve sempre ser parte movente e movida de um complexo concreto. E que, em função disso, podemos entender que qualquer categoria de compreensão da realidade não deve ser tida como enunciado sobre algo que é, mas que ela é a forma, também movente e movida, da própria matéria.

O lazer, quando apreendido no plano das determinações e relações sociais e, portanto, ele mesmo constituído e constituinte destas relações, apresenta-se historicamente como um campo de disputa hegemônica. Esta disputa se dá na perspectiva de articular as concepções, a organização dos processos e dos conteúdos do lazer.

Dessa forma, partindo da idéia de que o lazer surge, portanto, como um produto dos homens, que nasce das necessidades peculiares das sociedades de classes, nortearam este estudo reflexões que nos levaram ao questionamento de qual o lugar representado pelo lazer nessa nova organização societária. Que necessidades são essas que, reconfiguradas nas transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e tecnológicas

que a realidade vem experimentando, apontam o lazer como um problema social? O que determina essa necessidade do lazer? Em que se baseia essa importância?

O lazer não pode ser compreendido de maneira homogênea como se todos pudessem usufruí-lo de um mesmo jeito. Ao contrário disso, é necessário contrapor as verdadeiras necessidades de uma sociedade de classes, tendo como meta a construção de uma sociedade com princípios mais humanitários.

Desse modo, este estudo tem por finalidade discutir acerca das perspectivas conceituais pelas quais o lazer vem sendo entendido para que seja possível refletir, de maneira dialética, sobre suas apropriações, definições e interpretações, permitindo, assim, abrir perspectivas para alternativas de ação neste campo específico. O estudo do conceito do lazer permite, ainda, a garantia de uma apropriação teórica na apreensão crítica e consciente para o intervir neste campo.

Os objetivos deste trabalho são:

1. Análise de como vem se dando a reflexão conceitual acerca do lazer, privilegiadamente na área acadêmica Educação Física, mais especificamente na Educação Física brasileira contemporânea;

2. Identificação, frente ao estudo conceitual do lazer, das correntes teóricas do lazer, no âmbito da Educação Física, caracterizando-as como tendências hegemônicas e contra-hegemônicas;

3. Contextualização das tendências hegemônicas do lazer através da explicitação e exposição de suas semelhanças, distinções e categorias explicativas;

4. Contextualização das tendências contra-hegemônicas do lazer através da explicitação e exposição de suas semelhanças, distinções e categorias explicativas;

Neste sentido, no primeiro capítulo, buscamos identificar nas produções teóricas da Educação Física brasileira contemporânea sobre o lazer, como a área tem apresentado suas reflexões acerca da discussão conceitual acerca desse fenômeno. Com base na interpretação dos processos históricos de desenvolvimento do lazer no Brasil, especificamente na área acadêmica Educação Física, identificou-se que apesar de ainda haver muitos “mal-entendidos” em torno da compreensão do lazer – no que diz respeito aos sentidos atribuídos aos termos e às categorias explicativas adotadas – desde a década de 1980, o lazer tem ganhado um delineamento próprio com discussões voltadas aos aspectos ideológicos que envolvem a compreensão e utilização do lazer. Porém, a falta de uma abordagem mais aprofundada sobre a dimensão político-ideológica do lazer tem dificultado a possibilidade de ações contra-hegemônicas neste campo.

No segundo capítulo, abordamos as condições capitalistas contemporâneas com o intuito de delinear o lugar do trabalho e o espaço para o lazer no cenário atual. Pelo lazer ser hoje reconhecido como um dos fatores que têm influenciado o desenvolvimento social da

humanidade, tornou-se necessário, para a devida compreensão deste fenômeno, não só situá-lo no contexto das aceleradas transformações sofridas pela sociedade mundial como também a realização de uma reflexão sobre a centralidade do trabalho neste processo histórico de transformações.

Por fim, no terceiro capítulo, realizamos uma análise das produções presentes no debate teórico da Educação Física contemporânea sobre o lazer, por meio da explicitação e exposição das semelhanças, distinções e categorias explicativas delimitadas na abordagem aos conceitos, caracterizando-os em tendências hegemônica e contra-hegemônica.

CAPÍTULO 1: Processos históricos de desenvolvimento do lazer na Educação Física brasileira e suas apropriações conceituais.

O aprofundamento dos estudos do lazer no Brasil ocorre a partir de meados da década de 1970, quando grupos de pesquisa em torno deste tema se organizavam nas universidades, em diferentes áreas de conhecimento. Aumenta, a partir desse período, o número de artigos e livros publicados sobre o tema, bem como o número de eventos científicos que tratavam dessa temática.

Marcassa (2002) aponta esta década como o período em que o lazer se torna, efetivamente, um objeto de estudo e investigação, constituindo-se em um campo próprio de preocupações, reflexões e intervenções.

Porém, é principalmente a partir da década de 1980, devido aos rumos que a sociedade brasileira tomou frente à abertura política e à retomada do processo de redemocratização do país, que os estudos do lazer, no Brasil, ganham nova direção, destacando-se pela tendência de tratar do assunto de forma mais crítica, pela ênfase dada a preocupações quanto ao nível conceitual existente e a sua ocorrência histórica.

Isso porque, na Educação Física, esse período significou o aumento – não só quantitativo, mas também qualitativo – dos discursos sobre o objeto de estudo da Educação Física e sua aplicação nas diferentes esferas

de atuação que envolvem a nossa área, apresentando um intenso debate sobre as formas de pensar a Educação Física brasileira. Esse debate caracteriza-se pela reflexão da Educação Física não somente como uma atividade técnica ou biológica, mas como um fenômeno social e histórico. Essa nova tendência surgida se deu pela necessidade da área se qualificar academicamente, somada ao momento histórico, social e político que a sociedade brasileira vivia desde o final da década de 1970. A Educação Física muda – ou acrescenta – o referencial teórico para a análise e o estudo do corpo e do movimento humanos, destacando-se, principalmente, a influência das ciências humanas e sociais. Surge uma perspectiva da Educação Física como prática social e, por isso, preocupada com a transformação da sociedade.

A partir de então – década de 1980 – o lazer ganha um movimento próprio, havendo um delineamento mais claro das preocupações e iniciativas voltadas à organização e ao aprofundamento dos estudos e intervenções neste campo. Movimento percebido tanto nas instituições acadêmicas quanto no âmbito das organizações governamentais. Imprime-se sobre o lazer um olhar voltado para as questões ligadas aos aspectos ideológicos que envolvem a compreensão e utilização do lazer em seus espaços e atividades.

Para Bruhns (1993), a década de 1980, no que diz respeito aos estudos do lazer, caracteriza-se, principalmente, por estudos voltados à relação do lazer com a educação e a produção cultural.

O lazer passa a se configurar, então, como um campo acadêmico de estudo e pesquisa, embora hoje seja possível perceber que ele ainda carece de um aprofundamento teórico-metodológico que o trate devidamente em sua complexidade e abrangência, pois ainda apresenta muitas lacunas que necessitam ser problematizadas afim de que se possa acabar com alguns mal-entendidos¹ que surgem em torno da compreensão do lazer no Brasil.

É muito importante colocar que, na década de 1990, o Brasil assistiu a um crescimento da indústria do lazer e entretenimento, fato que já ocorrera em outros países. Esse movimento da indústria do lazer e entretenimento caracteriza-se pelo crescimento no setor de viagens e turismo, pelo fortalecimento do mercado cultural e artístico, pela consolidação do esporte como um produto – extremamente rentável – de negócios, pelo crescente investimento em parques temáticos e pelo aumento significativo do poder dos meios de comunicação, dinamizando sua capacidade de inserção e influência na vida das pessoas.

Melo (2003, p.19) nos apresenta alguns dados desse crescente investimento. Sobre o esporte ele nos diz que,

No Brasil, as indústrias de materiais esportivos movimentam, somente com as vendas, mais de R\$ 8 bilhões, e cerca de US\$ 237 milhões foram gastos com o marketing esportivo [...].

¹ Esses mal-entendidos serão abordados posteriormente no trabalho.

E quanto à indústria cultural brasileira,

Estima-se que [...] tenha movimentado, no ano de 1998, aproximadamente R\$ 6,5 bilhões (cerca de 1% do Produto Interno Bruto) e que, em 2000, mais de 2.500 empresas tenham investido em cultura. Somente no estado do Rio de Janeiro, o setor movimentou 3,8% do PIB, tendo mobilizado, em 1999, R\$ 5,1 bilhões e recolhido mais ICMS do que indústrias tradicionais como a química e a alimentícia. Não é de surpreender, então, o resultado de uma consulta da Target Pesquisas, indicando que, entre 1983 e 1997, praticamente dobrou, em todas as classes sociais (A, B, C e D), a fatia do orçamento familiar destinada a consumo de produtos de lazer e entretenimento (MELO & ALVES Jr, 2003, p.19).

Esses dados demonstram porque o lazer tem aparecido na mídia, nas políticas sociais e nas produções acadêmicas como um recente, mas fértil e promissor campo de negócios, um mercado de consumo a ser explorado. Segundo Werneck (2001), os três segmentos mais dinâmicos da economia mundial que marcarão decisivamente o século XXI são a tecnologia da informação, as telecomunicações e a indústria do lazer. Este último por possibilitar oportunidades de novos negócios, capaz de gerar altas taxas de retorno financeiro. A indústria do entretenimento e do turismo tem colocado, em nossos dias, dimensões novas e peculiares ao lazer.

Mas, ao refletir sobre esses pontos de maneira contextualizada e abrangente, nos perguntamos de que maneira esses investimentos no campo do lazer não se apresentam de forma excludente. A que camadas da população o lazer, como um campo promissor, tem realmente beneficiado? Como melhor utilizar esse tempo e espaço possibilitados pelo investimento no campo do lazer?

A resposta não poderia ser outra, independente do local de intervenção dos profissionais dessa área, seja na administração pública ou na administração privada, sem um bom entendimento das dimensões do lazer, sem uma boa compreensão desse fenômeno, não haverá como o lazer atender as reais necessidades de uma sociedade dividida em classes.

Dessa forma, volto ao ponto central da pesquisa que é o de refletir sobre as apropriações conceituais que o lazer vem recebendo pelos estudiosos da área e que nos remetem, de forma decisiva, a todas as esferas da vida cotidiana.

Voltamos, então, à discussão dos mal-entendidos existentes na área para caminharmos na análise desse fenômeno e de suas apropriações conceituais.

Um exemplo, no Brasil, desses mal-entendidos que surgem na compreensão do lazer é a confusão que se trava em torno da utilização de termos como ócio, recreação, tempo livre, tempo disponível etc. Essas confusões nos sentidos atribuídos aos termos se justificam pelo fato de muitos estudos não se preocuparem em discutir e compreender o lazer como um fenômeno histórico e contraditório, que surge a partir das determinações da existência. Ou seja, por não compreenderem que o lazer é um produto humano e que, por isso, sofre as determinações históricas de que foi constituído.

Fora os mal-entendidos criados em torno das categorias "lazer", "ócio", "tempo livre" e "recreação" que, no conjunto das formas de comunicação e expressão lingüística, não apresentam um consenso quanto aos sentidos atribuídos aos termos, muitos dos estudos sobre o lazer ainda não conseguiram discuti-lo e apreendê-lo com base em parâmetros conceituais mais consistentes ou melhor definidos, até porque lhes falta uma compreensão do fenômeno em sua historicidade, ou seja, o conhecimento do percurso histórico e contraditório do lazer no Brasil (MARCASSA, 2002, p.7).

Além disso, constata-se que os estudos produzidos pela Educação Física no campo do lazer estão mais diretamente ligados aos conteúdos das atividades e às funções e finalidades buscadas por essa atividade, contribuindo pouco para o aprofundamento teórico e crítico que ampliaria a compreensão do lazer e seu significado para o homem e para a sociedade.

Segundo Melo (apud MASCARENHAS, 2000, p.22), entre as referências e abordagens do lazer,

Ainda parecem existir mais denúncias e perspectivas do que propriamente anúncios, experiências consolidadas a partir de uma articulação constante e infinita entre intervir e conhecer. [...] Outra preocupação que trago se refere à homogeneidade da perspectiva teórica adotada. Basta observarmos os referenciais elencados para notarmos como os autores se reproduzem, muitas vezes de forma automática e não crítica.

Para Marcassa (2002), além dos equívocos com relação às expressões que designam as compreensões existentes, há ainda uma tendência à fragmentação nas interpretações do lazer como fenômeno social, em que, de um lado, ficam aqueles que se apegam mais às questões político-ideológicas, desprezando as produções culturais da sociedade, e de outro, os que desconsideram a visão de totalidade,

imprimindo à cultura uma existência autônoma e a-histórica, a quem a autora chama de abordagens culturalistas do lazer.

Para Marcellino (2002b), também não existe, entre os estudiosos e técnicos da área, e nem mesmo na população em geral, um consenso sobre o que seja lazer, por se tratar de um termo que, para o autor, é carregado de preferências e juízos de valor. Pelo lazer constituir-se de uma palavra que recebe diversos significados, abordar o tema torna-se um exercício bastante difícil. Para este autor,

Embora a tendência atual caminhe para um consenso, o significado do lazer apresenta divergências entre os intelectuais, pelas diferenças de enfoque, e não podemos precisar quais os interesses que estão embutidos nessas teorias, ora geradoras de atitudes negativas, ora concentrados de todo esforço social na área específica do lazer, de certa forma desviando a atenção de outras áreas também importantes. Sendo assim, aos intelectuais comprometidos com a busca de uma humanização da vida do homem, com a instauração de uma nova ordem social, e que para isso percebam a necessidade de uma mudança moral e cultural para a qual o lazer se apresenta como canal privilegiado, embora não único, cabe difundir seus valores, mostrando as possibilidades e os riscos da ação nesse campo (MARCELLINO, 2002b, p.29).

Com isso, Marcellino (2002b) distingue no Brasil duas vertentes de abordagem do lazer. Uma vertente que, segundo ele, se baseia na cultura da pobreza e na teoria das necessidades prioritárias. Esta vertente irá conceber o lazer como algo a ser considerado apenas para as camadas privilegiadas, por constituir-se de pessoas que já têm supridas as suas necessidades de saúde, alimentação e habitação. As camadas pobres devem, dentro dessa vertente, vivenciar uma outra cultura, numa situação de privação sócio-econômica, que as faça superar as suas condições de pobreza, para que só depois possam pensar no lazer.

Sobre a segunda vertente, Marcellino (2002b) identifica que esta defende o estabelecimento de prioridades para o desenvolvimento social para que se possa atingir o crescimento econômico, apoiando-se na tecnocracia que confunde desenvolvimento com crescimento econômico e colocando este último como base para a eleição das prioridades.

Marcellino (2002b) questiona essas vertentes por utilizarem o lazer como um recurso para minimizar os efeitos marcantes da divisão de classes existentes na sociedade, deixando intocado o aspecto pragmatista e utilitarista no qual o lazer passa, então, a se caracterizar.

Frente a isso, Marcellino (2002a) observa que, no campo teórico do lazer é possível caracterizar, pelo menos, dois tipos de abordagens. Uma que ele chamou de abordagem indireta e que pode ser verificada em duas situações: quando o foco principal de análise é um dos conteúdos culturais do lazer², ou quando o foco é marcadamente caracterizado por componentes de obrigação, sobretudo do trabalho profissional. E outra, que ele chamou de abordagem direta, que enfoca o lazer a partir de sua especificidade.

Tanto a abordagem direta como a abordagem indireta apresentam, na opinião do autor, uma visão parcial e limitada das atividades de lazer, no que diz respeito aos seus conteúdos e valores, contribuindo para que se estabeleçam mal-entendidos nas discussões do plano teórico.

² Marcellino adota a classificação efetuada por Dumazedier que distingue cinco categorias aos conteúdos do lazer: a dos interesses físicos, a dos interesses práticos ou manuais, a dos interesses artísticos, a dos interesses intelectuais e a dos interesses sociais (MARCELLINO, 2002b, p.41)

Werneck (2000) também atribui à confusão nos sentidos atribuídos aos termos utilizados pelos estudiosos da área a falta de aprofundamento necessário e a limitação nas posições assumidas pelos autores. Para ela, a forte associação existente entre os termos recreação³ e lazer têm gerado dúvidas com relação aos seus significados, especificidades e abrangências. Isso reforça a idéia predominante na área que atrela o lazer ao campo da mera atividade.

Em nossa realidade, freqüentemente é feita uma associação entre os termos recreação e lazer, como se houvesse entre eles uma única construção histórico-social: contínua, naturalizada, linear e sem rupturas. Mas, essa noção "evolutiva" da recreação para o lazer, bastante presente (implícita e explicitamente) em inúmeros estudos, necessita ser repensada a partir da análise do processo de construção social de ambos no Brasil. Para identificá-lo, basta observar alguns fatores, tais como: origem etimológica dos termos, matrizes teóricas que os sustentam, significados e abrangência e perspectivas de desenvolvimento em nossa sociedade (WERNECK, 2000, p.83).

Werneck (2000) identifica ainda que é desde a década de 1970 que, no Brasil, a produção teórica da recreação vem perdendo espaço para os estudos do lazer, mas há ainda uma grande dificuldade de entendimento da questão devido à coexistência da recreação e do lazer.

A autora ressalta que as trajetórias percorridas pelo lazer e pela recreação no Brasil se confundem em inúmeros momentos e que as análises têm abordado as questões relacionadas à "recreação e lazer" encaminhando o discurso para uma perspectiva crítica e criativa, porém,

³ Werneck (2000) aponta que a recreação foi amplamente utilizada como uma estratégia de organização racional do tempo livre dos trabalhadores, dessa forma, para o lazer ser permitido ele deveria ser regulado pela recreação. Esta passa a representar, então, a organização social do lazer, ou do tempo livre (p.96).

no cotidiano, ainda aceita-se o emprego da recreação para colocar as propostas de lazer em ação.

Para Werneck (2000), para superar a visão de que lazer e recreação são a mesma coisa e para dar a devida atenção tanto ao lazer quanto à recreação, é necessário redimensionar três aspectos dessa concepção:

[...] (a) a dicotomia que caracteriza as relações entre recreação (prática) e lazer (teoria); (b) a contradição que permeia essa classificação (difunde-se a idéia de um lazer 'crítico', mas aceita-se a utilização da recreação, mesmo que esta seja conforme o sentido descontextualizado e alienante arraigado na nossa cultura, estabelecido em função de um movimento de massa); (c) a (indevida) apropriação da recreação pelo lazer, uma vez que aquela possui uma construção histórico-social específica e independente deste (WERNECK, 2000, p.121).

Não há dúvida, porém, que foi o avanço dos estudos no campo do lazer, e não no da recreação, que apontou a necessidade de compreensão das noções de trabalho e tempo como categorias centrais de análise da vida cotidiana, tornando mais explícita, para a área, as formas de dominação exercidas pela sociedade capitalista sobre o trabalho e o tempo que resta fora dele. Isso indicando que, não só o lazer, mas também a recreação, vão se configurando e se institucionalizando a partir das determinações reais da existência desta sociedade.

Recentemente, um estudo que buscou discutir os nexos e as contradições evidentes nas concepções de sociedade e projeto histórico subjacentes nos estudos teóricos sobre o lazer, concluiu que, em sua maioria, a produção do conhecimento sobre o lazer, no Brasil, não estabelece como prioridade à suposição de um projeto histórico superador

do capitalismo. Dessa forma, o estudo buscou identificar sob quais enfoques teóricos as pesquisas no campo do lazer vem se orientando (Sá, 2003, p.73).

Para este estudo, Sá (2003) fez um levantamento da produção teórica realizada pela comunidade científica nos três últimos anos – 2000, 2001 e 2002. Foram levantados e analisados 819 trabalhos, dos quais foram destacados 319 artigos, por apresentarem rigor de conteúdo e de elaboração. Esses trabalhos tiveram a sua publicação em três significativos eventos da área, além de um periódico, sendo eles: 1. I, II e III Ciclo de Debates Lazer e Motricidade, promovido pelo Departamento de Estudos do Lazer da Faculdade de Educação Física da Universidade de Campinas, em 1999, 2000, 2001; 2. I, II e III Seminários o Lazer em Debate, promovido pelo Centro de Estudos do Lazer e da Recreação – CELAR, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, realizados nos anos de 2000, 2001 e 2002; 3. 12º, 13º e 14º Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL, realizado em 2000, 2001 e 2002 respectivamente; 4. 15 artigos publicados na revista Licere, entre os anos de 2000, 2001 e 2002, pelo CELAR.

A partir da análise dos pressupostos ontológicos explicitados na concepção de sociedade e de projeto histórico, o estudo classificou as produções teóricas analisadas em três grandes linhas: as que se caracterizam por uma abordagem funcionalista, as que se vinculam às teorias da lingüística e da semiótica, e as que se baseiam na abordagem do conflito social/contradições.

As teorias denominadas como funcionalistas aparecem na pesquisa como sendo aquelas que enfatizam a integração social de toda a sociedade. Segundo a autora,

[...] há teorias que se originam com o propósito do debate aberto sobre o alcance dos seus limites, mas que se encontram em um foco, cujo ponto de partida é o fato de a sociedade ser vista como a soma de indivíduos e onde cada indivíduo, por sua vez, é um ser delimitado, unificado, integrado a ela, livre e transparente para si mesmo. Esta abordagem é fruto das ciências que podemos denominar burguesas, pois são medidas pela ideologia que naturaliza as relações capitalistas, centrando-se no entendimento e na interpretação das suas funções e disfunções internas e não considerando o que historicamente as produziu e as alimenta. (BOTTOMORE apud SÁ, 2003, p.93)

Essa teoria apresenta, segundo a autora, dificuldade de explicação sobre as mudanças ocorridas em uma sociedade, por se preocuparem mais com a natureza da ordem social do que com suas mudanças, enfatizando o lado passivo assumido pelo homem perante a relação homem/sociedade. A integração social passa a ser vista como algo útil e legitimador do modo de produção da sociedade capitalista, tendendo a negar a exploração social e não assumindo a luta de classes. (p.94)

A abordagem que se vincula às teorias da lingüística e da semiótica é explicada pela autora como sendo uma teoria que compreende o surgimento da sociedade num campo de discurso correspondente, em que o sujeito não pode enfrentar a realidade de modo imediato, pois essa tendência busca dar significado aos elementos da realidade relacionando o sujeito com seu lugar na ordem de outros sujeitos, ou seja, a realidade do sujeito é estabelecida na ordem imaginária produzida nos seus discursos.

Nesta perspectiva, os sujeitos não produzem o seu próprio significado, este vem sempre de fora, como algo dado.

A linguagem, o mito, a arte, a religião são elementos que caracterizam o universo, onde uma rede simbólica é instituída para assegurar as relações da existência humana. Envolvido em formas lingüísticas, em imagens artísticas de toda ordem, em símbolos míticos ou em ritos religiosos de toda natureza, o sujeito não reconhece na realidade as determinações econômicas, políticas e sociais, pois está envolto em um meio artificial que o consome e o cega. Uma outra característica dessa corrente é que nesta ordem instituída existe a ilusão de um eu "pontual" (quando, na realidade, se trata de uma "rede de significações", mais do que um ponto fixo). Esta rede é estabelecida pelo imaginário, onde o sujeito constrói e organiza o mundo centrado em si mesmo, apesar de sua realidade existencial ser radicalmente descentrada e fundada em determinações. (SÁ, 2003, p.95)

As abordagens que se baseiam na teoria do conflito social/contradições são aquelas que se originam da perspectiva de apreensão das mudanças que ocorrem na materialidade e subjetividade histórica das relações sociais capitalistas e que apresentam o referencial teórico do materialismo histórico, como o instrumento mais apropriado para entender os movimentos e mudanças das sociedades. Enfatizam-se as contradições das relações sociais enfocando-as a partir da perspectiva do conflito, em que são destacados os processos dissociativos da vida social, sendo esses ordenados por uma estrutura social classista.

Nestas produções teóricas, o indivíduo é visto a partir da luta de classes sociais, sendo, portanto, o sujeito social; o trabalho é considerado como a forma mediante a qual o homem produz suas condições de existência, a história, o mundo propriamente humano, sendo, portanto, uma categoria ontológica e econômica; a vida social é explicada pelas causas fundamentais que escapam à consciência dos indivíduos, e não pela concepção que têm delas; estas produções do conhecimento defendem um enfoque histórico sobre o processo das relações sociais; atacam de forma focalizada a causa dos problemas concretos, a partir dos diferentes âmbitos

humano-social, inerentes à forma social capitalista; e promovem denúncias das suas condições. (SÁ, 2003, p.96)

Como resultado dessa pesquisa, Sá (2003, p.98) levanta os seguintes dados: dos 319 trabalhos analisados, 244 entendem o lazer com base nas abordagens temáticas que se valem da idéia de sociedade a partir da “integração social”, ou seja, nas teorias denominadas funcionalistas; 62 entendem o lazer a partir da abordagem que se vale de concepções que enfocam a sociedade a partir do campo da lingüística e semiótica; e apenas 13 trabalhos entendem o lazer a partir do enfoque na teoria do conflito social.

Nos 244 trabalhos que abordam a sociedade a partir de uma visão funcionalista,

[...] o lazer é visto como um processo cultural que contribui para o processo de socialização, que naturaliza as relações de conflito e favorece a sua inserção no mercado [...] o tema é referendado como um sistema cultural, cuja base é a ação humana que a realiza, a partir de um dado significado, regido pela pluralidade de indivíduos que interagem entre si. Assim, o lazer é apresentado como algo desfrutável, de consumo, capaz de qualificar as condições da existência humana, se bem realizado. (SÁ, 2003, p.99)

Já nos 62 trabalhos que enfocam a sociedade a partir das teorias advindas da lingüística e da semiótica, a pesquisa aponta que o tema é abordado a partir de uma visão relativista. Neste sentido, esta perspectiva revela que

[...] o lazer é entendido como um conjunto de mediações simbólicas da cultura, com força expressiva na linguagem e na narrativa para estruturar-se na instância das representações da sociedade, dos sujeitos; na elaboração das experiências; e no estabelecimento de elos de coletividade [...] é concebido como uma rede de relações, cuja ordem imaginária descaracteriza as determinações históricas da realidade dos sujeitos; a realidade social onde ele se encontra inserido é produzida pelos sujeitos em seus discursos. O sujeito não produz o seu próprio significado sobre o lazer; as estruturas da significação da sociedade é que lhe são trazidas do exterior (Sá, 2003, p.100).

Por fim, o estudo levanta como característica da abordagem que enfoca o lazer a partir da ótica do conflito social três pontos fundantes entre as várias tendências de enfoque do conflito:

[...] a) os fatores econômicos são determinantes na discussão do lazer; b) a história que o lazer discute não despreza a luta de classes, seus conflitos e contradições; c) as concepções sobre o lazer encontram-se intimamente condicionadas pelo modo de produção; são denunciadas as idéias da classe dominante que buscam, de forma ideológica, não legitimar para a classe trabalhadora uma idéia de lazer alienado. (Sá, 2003, p.101)

Marcellino (2002a) também utiliza essa classificação de lazer funcionalista, quando realiza uma reflexão sobre os conceitos mais utilizados pelos estudiosos do lazer, independente do enfoque dado ou da área de atuação⁴. Ao analisar as diferentes explicações dadas ao lazer pela produção teórica brasileira, no que diz respeito aos valores a ele atribuídos, nos indica a existência de uma compreensão de lazer que ele chamou de funcionalista.

⁴ Segundo Marcellino (2002a, p.30), não só a Educação Física, mas também outras áreas de atuação como a Sociologia, o Serviço Social, a Arquitetura, usam como referência o conceito defendido pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier.

Por visão funcionalista de lazer, podemos dizer que o autor a entende como uma visão “[...] altamente conservadora, que busca a “paz social”, a “manutenção da ordem”, instrumentalizando o lazer como fator de ajuda [...]” (MARCELLINO, 2002a, p.35).

Dentre as abordagens funcionalistas, o autor caracteriza três: uma que deu o nome de romântica, uma que chamou de moralista e uma que chamou de utilitarista ou compensatória.

Uma visão “funcionalista/romântica” de lazer é caracterizada por Marcellino (2002a, p.36) como uma abordagem que compreende o lazer a partir da ênfase nos valores da sociedade tradicional e pela nostalgia do passado. Essa visão “funcionalista/romântica” esboça, segundo o autor, um outro tipo de compreensão do lazer, a moralista.

Tem-se então que, na visão “funcionalista/moralista”, o lazer sempre aparece ligado às conveniências e funções que um “bom” lazer pode desenvolver, como a tranqüilidade social, a ordem e a segurança.

No lazer “funcionalista/compensatório” é dada maior ênfase à compensação que as atividades de lazer podem proporcionar. Geralmente, essa compensação aparece atrelada à oposição aparente que se verifica, nos autores, entre o trabalho e a realização pessoal. Dessa forma, se o trabalho, nas sociedades modernas, recebe a conotação de alienado, mecânico, fragmentado e especializado, o lazer serve para compensar a alienação e a insatisfação que essa realidade proporciona, de restauração da dignidade perdida no trabalho. (MARCELLINO, 2002a).

Diretamente ligada a esta visão, o lazer “funcionalista/utilitarista” é entendido a partir da possibilidade que o lazer oferece de recuperação da força de trabalho, numa visão voltada à produtividade das ações humanas, com vistas ao progresso social. Assim, o lazer contribui para “[...] suportar a disciplina e as imposições obrigatórias da vida social, pela ocupação do tempo livre em atividades equilibradas, socialmente aceitas e moralmente corretas [...]” (REQUIXA apud MARCELLINO, 2002a, p.38).

Dessa forma,

[...] a relação com o funcionalismo pode ser estabelecida [...] no pensamento dos autores que reduzem o lazer 1) à sua função reparadora do trabalho, ou seja, concebem-no como um instrumento para melhorar o desempenho dos papéis individuais ‘produtivos’, visando assim o ajustado funcionamento do todo; 2) ao seu caráter de finalidade única da existência humana, apesar do trabalho alienado, supondo, da mesma forma, o funcionamento ajustado do todo. (MARCELLINO, 2002b, p.26).

Com essa caracterização, Marcellino (2002a, 2002b) conclui que o lazer precisa deixar de ser utilizado como instrumento de integração das pessoas ao modo de vida da sociedade industrial e urbana, como meio de preservação do equilíbrio social, questionando a conotação recebida de amenizador dos conflitos sociais, visão que não leva em conta o que ele caracterizou como o “todo inibidor”⁵ para a sua prática.

⁵ Para Marcellino (2002b, p.55), quando se fala nas atividades de lazer é necessário ter como pano de fundo as limitações econômicas que formam um todo inibidor do lazer, tanto em termos de quantidade de atividade realizada, quanto em termos de qualidade de participação.

No meu entender, os desencontros e desajustamentos verificados na utilização e no tratamento da questão do tempo livre, ou melhor, do tempo disponível, decorrem de uma visão funcionalista do lazer. Essa visão traz em si um conteúdo altamente conservador, em termos de valores, concebendo o homem como simples detentor de 'status' e desempenhador de papéis, em função da manutenção do sistema vigente [...] (MARCELLINO, 2002B, p.26).

Vemos, com isso, que essa problemática do lazer funcionalista é bastante evidenciada pelos estudiosos da área que buscam sugerir novos caminhos para a definição e a conceituação do lazer, a partir da idealização de uma sociedade transformada.

Para Mascarenhas (2003), a partir do reconhecimento, pelo Poder Público, em meados da década de 70, da necessidade de normatização e orientação dos usos do tempo livre do trabalhador – já que este aparece configurado como um direito – há, por parte do Estado, um investimento nesta área de maneira que se criassem parâmetros para a organização do lazer que fossem condizentes com os objetivos nacionalistas e desenvolvimentistas do governo militar. Com isso, para este autor,

[...] uma forte carga de ideologização é conferida ao lazer, e os intelectuais do campo não hesitam em anunciá-lo como valioso componente funcional de reequilíbrio da ordem social e moral, reiterando a idéia de que o tempo livre é um período para recomposição individual das condições psicológicas e físicas necessárias ao trabalho [...] (MASCARENHAS, 2003, p.18).

Nota-se, portanto, que essa visão funcionalista de lazer é possível de ser denunciada a partir do momento que se nega um lazer que é entendido como um fenômeno social que atende a função de neutralizador dos conflitos sociais e que, sem identificar os fatores determinantes que

agem sobre ele, o colocam como um agente emancipador da sociedade. Porém, nessa perspectiva, essa emancipação aparece no sentido de integração social, como fator de equilíbrio das insatisfações provindas do modo de produção capitalista que promoverá um equilíbrio econômico, político e social e atenderá, dessa forma, as exigências do mercado.

Notamos que os estudos e classificações do lazer têm avançado quanto à percepção dos usos que se têm feito do lazer nos seus espaços e atividades, porém vemos a necessidade de classificá-lo e interpretá-lo no campo das disputas hegemônicas. A partir de uma noção dialética, é importante refletir como determinados conceitos de lazer contribuem de maneira eficiente para determinadas ações nesse campo, bem como para a formulação de políticas para o setor, que podem impulsionar a humanidade a patamares superiores de sociabilidade, ou podem realizar o inverso, freando ou dificultando o desenvolvimento humano.

Acreditamos que, dessa forma, torna-se necessário nesse momento identificar as perspectivas teóricas para os estudos do lazer no Brasil, para que possamos refletir não só sob que parâmetros conceituais as intervenções nesta área vêm se dando, mas principalmente, para que estas reflexões sirvam de fundamento para a elaboração de novas e diferentes perspectivas de ações. Sejam elas realizadas no âmbito educacional, no âmbito cultural ou no âmbito das políticas sociais.

Já que um dos poucos consensos existentes entre as produções teóricas é justamente a falta de consenso nas definições e classificações do lazer, uma reflexão sobre esses conceitos, pautada por uma visão de

homem e por uma visão de mundo que representa os interesses de determinadas classes sociais, justifica-se como de extrema necessidade e urgência.

Para que as ações nesse campo possam atender às reais necessidades da sociedade, precisam se orientar por uma compreensão do lazer como um fenômeno historicamente situado e que, em sua contradição, se apresenta como espaço privilegiado para disputas hegemônicas, que poderá contribuir tanto com o processo de manutenção como no de transformação dessa sociedade, questionando-o em relação às atuais condições objetivas e históricas. Do contrário, não faria sentido ou não teria importância uma reflexão e classificação desses conceitos.

O entendimento da dimensão contraditória do lazer caracterizado pelas disputas hegemônicas pelas quais esse fenômeno vem se configurando permite, para Marcassa (2002), entendê-lo

[...] como uma instituição que se funda na tensão entre interesses antagônicos, como palco de disputa hegemônica [...] compreendido, não como cultura vivenciada no tempo disponível [...] mas como um tempo/espço de organização da cultura [...], isto é, como agência de produção, apreensão, propagação e sistematização da cultura universal, cuja tarefa é inserir as pessoas na atividade social, levando-as a desenvolver maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática, bem como autonomia para sua direção e iniciativa. (MARCASSA, 2003, p.).

Mascarenhas (2000) também compartilha dessa visão e aponta, diante das discussões que têm envolvido a questão do lazer⁶, que é necessário contrapor e superar as orientações funcionalistas do lazer, que não contribuem para uma intervenção que apontem uma resistência aos princípios da atual sociedade, para que possamos possibilitar a construção de uma sociedade mais fraterna, digna e justa. Dessa forma, acredita no lazer

[...] como força de reorganização da sociedade, agência educativa capaz de fomentar e colaborar para a construção de novas normas, condutas e valores para o convívio entre os homens [...] que, independente da forma conceitual que possa assumir, o lazer deve comportar sempre determinados conteúdos e características que o tornem expressão verdadeira da realidade em que esteja inserido. Neste contexto, este mesmo lazer passa a ser entendido como tempo e lugar de construção de cidadania e exercício da liberdade. (MASCARENHAS, 2000, p.01)

E que ainda,

[...] Para transitar no campo do lazer, necessita-se compreender sua dimensão histórica, perceber o lazer como uma manifestação transitória, suscetível à ação transformadora dos homens, em que valores e concepções são radicadas em diferentes posições sociais. O aporte teórico que sustenta cada uma dessas posições carrega em si implicações de ordem política e ideológica, com desdobramentos diretos sobre a realidade. Assim, não é só um método que está em jogo, mas uma concepção de homem e de sociedade, portanto, uma visão de mundo. (MASCARENHAS, 2003, p.25)

⁶ Para Mascarenhas (2000), frente à reconfiguração do sistema produtivo e às transformações políticas, econômicas, sociais, técnicas e culturais que a sociedade tem sofrido, aumenta entre as produções teóricas do campo a importância dada à discussão de temas como o tempo livre, que são investigados a partir de um elevado rigor científico e epistemológico fazendo surgir, entre essas produções teóricas, a idéia de uma "sociedade do lazer".

Percebemos, com isso, que os devidos esclarecimentos sobre as apropriações conceituais do lazer, suas categorias interpretativas e as interfaces que o conceito estabelece com as intervenções neste campo é fator primordial para que possamos identificar, nessas apropriações, se elas refletem uma “concepção de mundo” que reforça a hegemonia dominante ou, ao contrário disso, se elas refletem uma concepção que nos permite, frente às intervenções nesse campo, nos colocarmos em um projeto de contra-hegemonia.

CAPÍTULO 2: As condições capitalistas contemporâneas e o lazer: trabalho, tempo de trabalho e sociedade.

A temporalidade que rege a produtividade econômica capitalista é a mesma que nos alcança e que nos incentiva a perceber o mundo segmentado. A necessidade de produzir é, sem dúvida, vital em qualquer sociedade. Mas não responde pela totalidade dos anseios humanos. O trabalho é sim importante, mas também o são a necessidade de justiça, o desejo de amar e ser amado, o direito a condições dignas de existência, a necessidade de descontração, a entrega a momentos risonhos... Como acomodar forças tão díspares de modo que uma não sufoque a outra? Numa sociedade que insinua o poder limitado do dinheiro e de sua capacidade de abrir portas, é possível não cultivar esta reverência? Aonde isso nos levaria? Como aquilatar o bem que nos faz receber abraço caloroso da pessoa amada, a nos amparar nos momentos de dor, fragilidade ou incerteza? (Paulo Salles de Oliveira, 2001).

Na atualidade, o lazer é reconhecido como um dos muitos fatores que têm influenciado o desenvolvimento social da humanidade. As universidades, institutos e grupos de pesquisas, em função da significativa presença do lazer nas práticas sociais, têm dado significativa atenção para a problemática do lazer na sociedade.

Essa presença do lazer nas práticas sociais é percebida, no Brasil, principalmente a partir da década de 90, quando a idéia do lazer como um novo centro da economia passa a desenvolver-se rapidamente⁷. Werneck (2001a) aponta que o discurso em torno da ampliação do tempo livre fez com que o lazer fosse visto como um grande filão no mercado atual.

⁷ Discussões a esse respeito já foram anteriormente tratadas no capítulo 1 desse trabalho

No entanto, para efetivarmos uma satisfatória compreensão desse fenômeno, é preciso situá-lo no contexto das aceleradas e profundas transformações sofridas, nos últimos tempos, pela sociedade mundial, pois ninguém pode ter dúvidas de que o período em que estamos situados marca-se por transformações societárias que o conjunto da vida social e, conseqüentemente, afetam diretamente a compreensão do lazer e sua maneira de ser na atual sociedade.

Dessa forma, o lazer será tratado neste trabalho como fruto da sociedade urbano-industrial que, com sua evolução, passou a gerar novos valores e formas de utilização do "tempo livre" das pessoas.

Sendo assim, o estudo do lazer não pode estar desvinculado da análise da sociedade atual e de seu modo de produção ou da realidade do trabalho dominante na sociedade capitalista, pois podemos identificar na história da luta dos trabalhadores reivindicações ligadas ao direito por espaços, tempos e condições materiais para usufruírem seu "tempo livre".

Além disso, a própria noção de lazer como um produto da sociedade urbano-industrial vem sendo construída em constante articulação com as diferentes situações de trabalho já existentes e, principalmente, com a lógica da produção material na sociedade capitalista, dando ao lazer as dimensões sócio-culturais que o estruturaram no decorrer do desenvolvimento da sociedade.

Se buscamos entender determinadas manifestações sociais que ocorrem no modo de vida de determinado grupo, temos de recorrer à análise dos mecanismos responsáveis pelo processo social mais amplo vivenciado por esse grupo. Partimos do pressuposto de que são as suas condições de existência que moldam todos os setores do seu modo de vida. (FALEIROS, 1980, p.56)

Desse modo, qualquer tentativa de compreensão do lazer implica em pensá-lo a partir da necessária referência ao trabalho. Por esse motivo, a reflexão sobre o mundo do trabalho, e as transformações por ele sofridas, é indispensável para que seja possível estabelecer estratégias minimamente adequadas para responder às problemáticas emergentes.

2.1. A defesa de um conceito de trabalho: o trabalho e sua perspectiva ontológica.

A realidade se apresenta de maneira concreta, determinada, porém dinâmica, passível de ser transformada. Para a apreensão dessa realidade, é necessária uma reflexão racional das determinações existentes, da realidade objetiva para o desenvolvimento e a transformação dos fatos. É preciso compreender os fatos a partir de suas contradições, em sua totalidade. Onde esse todo depende da estruturação do modo de produção existente e das relações estabelecidas pelos homens.

O homem, como um ser social e histórico, inserido em uma estrutura social que, embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é também criador e transformador dessa realidade –

e faz isso de maneira conscientemente orientada, teleologicamente posta – só pode existir e se reproduzir a partir de uma constante e ineliminável troca com a natureza, ou seja, através do trabalho.

O homem é capaz de transformar a natureza através do trabalho, porque o faz sempre através de sua intenção, ou seja, o trabalho é uma atividade adequada a um fim para o qual será dado um valor de uso que já havia sido idealmente planejado. Trata-se de uma atividade que pertence exclusivamente ao homem, porque só o homem idealiza o resultado de seu trabalho na sua imaginação. Ele sempre parte do projeto, que sofre toda a influência de sua formação subjetiva, para elaborar uma ação e realizar um produto. Transformando, através do trabalho, a sua realidade objetiva, o produto de seu trabalho se torna uma realidade humana, ou seja, o produto final de seu trabalho nada mais é do que a sua própria realização. É através do trabalho que o homem transforma sua natureza e a sociedade e com isso ele transforma as condições de sua própria existência, transformando-se, portanto, como espécie.

O homem não cria nada sem a natureza. A natureza torna-se a matéria pela qual o homem realiza seu trabalho.

É o trabalho que permite o desenvolvimento de mediações em que se institui a diferença do ser social em face aos outros seres da natureza. As capacidades essenciais do homem, postas em movimento através de sua atividade vital, não são dadas a ele, são conquistadas no processo histórico de sua autoconstrução pelo trabalho, como a sociabilidade, a consciência, a universalidade e a liberdade.

Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente. (MARX, 1983, p.149)

Para Lukács (1979), o trabalho é a protoforma⁸ do agir humano. Apesar da reprodução social comportar outros tipos de ação, sem o trabalho as atividades humano-sociais não poderiam existir. A relação com a natureza, mediada pelo trabalho, é o fundamento ontológico da busca de uma vida “plena de sentido”.

[...] é a capacidade essencial de, pelo trabalho, os homens construírem um ambiente e uma história cada vez mais determinada pelos atos humanos e cada vez menos determinadas pelas leis naturais, que constitui o fundamento ontológico da gênese do ser social. E toda essa processualidade tem, no processo de generalização denotado pelo trabalho, seu momento fundante. (LESSA, 1997, p.63)

O trabalho, como se percebe, é então a dimensão ontológica do ser social, pois é através dele que o homem realiza sua intenção na natureza. Essa intenção é modificada no processo ao mesmo tempo em que a realidade é transformada. Essa atividade representa, ao mesmo tempo, a generalização do indivíduo no social e a singularização do social nesse indivíduo, representa sociabilidade. Cabe ao trabalho, portanto, o momento predominante no desenvolvimento do mundo dos homens.

⁸ A forma originária, primária, do agir humano.

Quando, nesse contexto, atribuímos ao trabalho e às suas conseqüências – imediatas e mediatas – uma prioridade com relação a outras formas de atividades, isso deve ser entendido num sentido puramente ontológico, ou seja, o trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. (LUKÁCS, 1979, p.87)

O trabalho não é obra de um indivíduo, mas da cooperação entre os homens. Só se objetiva socialmente, de modo determinado. Sendo assim, essa condição ontológico-social ineliminável do trabalho, na produção e reprodução do ser social, dá a ele um caráter universal e histórico. É através do trabalho que o homem estabelece conexões entre singularidade e generalidade, ou seja, entre ser social e totalidade, como partes distintas do complexo da vida social, compreendendo-se, ao mesmo tempo, como indivíduo e como comunidade, ou seja, como parte de uma generalidade.

É necessário frisar, no entanto, que apesar de termos afirmado, segundo Lukács, que o trabalho é a protoforma do agir humano, é seu dado ontológico, isto não significa dizer que todos os atos humanos sejam redutíveis ao trabalho, a reprodução social comporta outros tipos de ação. Entre o trabalho e a totalidade social existe uma gama de relações que compõe a categoria da reprodução social. É certo, porém, que sem a categoria trabalho, as variadas formas de atividade social não poderiam existir.

[...] as intrincadas relações dos homens, tanto no intercâmbio com a natureza como com os outros homens, não poderão ser analisadas do ponto de vista do conhecimento e de suas categorias abstratamente representadas. Deste ponto de vista, não se pode reduzir o homem a explicações fundamentadas em uma lógica formal, uma vez que, como processo, está sempre superando a si mesmo. Não que isso nos leve à impossibilidade de conhecê-lo em sua imanência. Por sua natureza social, somente poderemos compreendê-lo a partir da análise das suas realizações, ou seja, da exteriorização daquelas finalidades que foram possíveis pela atividade real de sua existência social. O trabalho será, então, a pista que permitirá reconhecê-lo em sua relação "crítico-prática" como ser capaz de intervir no mundo. (SEMEGHINI, 2000, p.19)

Poderíamos, então, entender o trabalho, segundo Lukács, a partir de três esferas que são essencialmente articuladas:

Citando diretamente Marx, Lukács argumenta que três são os momentos decisivos da categoria trabalho: a objetivação, a exteriorização (Entäusserung) e a alienação (Entfremdung). A objetivação é o complexo de atos que transforma a prévia ideação, a finalidade previamente construída em consciência, em um produto objetivo. Pela objetivação, o que era apenas uma idéia se consubstancia em um novo objeto, anteriormente inexistente, o qual possui uma história própria. (LESSA, 1996, p.10)

Sendo a prévia-ideação o momento que antecede, que dirige a ação, podemos afirmar que o momento da prévia-ideação é abstrato com relação à objetivação, pois ao ser levada à prática, a prévia-ideação se materializa num objeto, se objetiva.

Dessa forma, sem a prévia-ideação um novo objeto não poderia existir e, nesse sentido, o objeto é a idéia objetivada, a idéia transformada em objeto.

Objetivação é a mediação entre a teleologia (idéia abstrata) e a gênese de um novo objeto, que será ontologicamente distinto da consciência que o concebeu. A objetivação é o que articulará a idealidade

da teleologia com a materialidade do mundo objetivo é, portanto, o processo que articula a conversão do idealizado em objeto.

A realidade entre sujeito e objeto jamais poderá ser uma relação de identidade, pois nesse processo o indivíduo também se transforma porque, por um lado, desenvolve novas habilidades, e por outro, para poder vencer a resistência imposta pela natureza a ser transformada é necessário que conheça os nexos causais da natureza que pretende transformar. Não há dúvidas, portanto, que neste processo, mudam a natureza e o indivíduo.

Quando, através da objetivação alteramos o existente, criam-se conseqüências e resultados inesperados, resultando em novas necessidades e em novas possibilidades para atender a estas necessidades. O homem, então, efetiva novas objetivações, dá origem a novos objetos que, conseqüentemente, desencadeiam novos nexos causais, numa relação dialética entre teleologia e causalidade, correspondendo, assim, à essência do trabalho.

Desta maneira, a produção de um objeto não é apenas uma transformação da realidade, uma objetivação, mas é também uma exteriorização do sujeito que trabalha. O sujeito se consolida nas coisas que faz, porém essas coisas não são a identificação imediata do sujeito, já que no processo ambos se transformam e de tal forma que temos um processo ininterrupto. A exteriorização deste indivíduo é, ao mesmo tempo, a exteriorização dos patamares da individualidade social, é

representativa do nível de desenvolvimento da humanidade como um todo.

Esse complexo objetivação-externalização é o solo genético do ser social enquanto uma esfera ontológica distinta da natureza. [...] Os objetos construídos pelo trabalho apenas poderiam surgir enquanto objetivações de finalidades ideais; eles incorporam determinações que emergem do fato de terem um pôr teleológico em sua gênese. Um machado é muito mais do que mera pedra e madeira: é a pedra e a madeira organizadas numa determinada forma que apenas poderia surgir por uma transformação teleologicamente orientada do real. Nenhum processo natural, seja ele qual for, poderia produzir algo semelhante a um machado; este é um ente que apenas pode surgir enquanto construto humano. O mesmo *mutatis mutandis*, poderia ser dito de objetivações muito mais complexas como uma obra de arte ou uma relação social como a estabelecida pelo capital. (LESSA, 1996, p.12)

Esse processo de objetivação-externalização impulsiona o desenvolvimento genérico da humanidade para patamares superiores de sociabilidade, ou seja, dá origem a um complexo social que sintetiza os atos dos indivíduos singulares em tendências que conferem unidade e sentido ao desenvolvimento do gênero humano. Dessa forma, no momento em que os indivíduos adquirem, em escala social, a consciência de como os seus atos são sintetizados em determinadas tendências históricas, eles podem, através da modificação de seu comportamento, interferir nesse desenvolvimento, impossibilitando-o ou alterando-o em um sentido ou em outro. Assim, cada nova objetivação-externalização encontrará um ambiente social mais desenvolvido para sua efetivação gerando demandas cada vez mais socialmente elaboradas e operando respostas cada vez mais socialmente complexas.

A síntese dos atos singulares em tendências genéricas possui, ainda, a característica de possibilitar o desenvolvimento da individualidade.

Quanto mais complexa for a sociabilidade, quanto mais mediados socialmente forem os atos que os indivíduos devem realizar cotidianamente, tanto mais complexas são as individualidades.

Portanto, todo processo de objetivação-exteriorização é necessariamente único e genérico. Único, pela simples razão de a história jamais se repetir. E genérico porque incorpora, tanto no plano objetivo quanto no subjetivo, determinações genéricas que correspondem ao desenvolvimento efetivamente alcançado pela humanidade e cada momento histórico. Em suma, ele é concomitantemente um processo que possui uma insuperável dimensão individual (mesmo o trabalho mais alienado no interior de uma linha de produção não perde por completo esse seu caráter singular) e é sempre determinado socialmente. Por isso, trabalho e sociabilidade são categorias que só existem conjuntamente, enquanto determinações reflexivas. (LESSA, 1996, p. 15)

A exteriorização é a ação de retorno de toda objetivação sob aquele que a criou e, por essa mediação, sobre a totalidade social. É esse retorno da objetivação sobre o sujeito que impulsiona a humanidade a patamares crescentemente genéricos, momento de autoconstrução do gênero humano. O homem, ao agir, se constrói em sua individualidade e contribui para a reprodução da sociedade. A exteriorização é, portanto, um momento ineliminável e decisivo para o devir-humano dos homens.

Porém, se Lukács (1979) afirma que os três momentos decisivos do trabalho são a objetivação, a exteriorização e a alienação, falta-nos abordar, então, o terceiro aspecto: a alienação.

Na enorme maioria das vezes, a síntese dos atos singulares em tendência histórico-genéricas impulsiona a humanidade para patamares superiores de sociabilidade. Contudo, isso nem sempre ocorre. Em dadas situações históricas, mediações e complexos sociais, mesmo que anteriormente tenham impulsionado o desenvolvimento sócio-genérico, podem passar a exercer um papel inverso, freando ou dificultando o desenvolvimento humano. (LUKÁCS, 1979, p.54)

Nem todo processo de objetivação-externalização atua com um papel positivo no desenvolvimento da humanidade. Em alguns momentos historicamente determinados, pode se transformar em obstáculo para o desenvolvimento da generalidade humana, transformando-se em um processo de negação da própria humana. Vale frisar que esse processo nada tem de natural, é um fenômeno prioritariamente social.

O trabalho que, para Marx (1992), representa a realidade essencial do homem, quando analisada na realidade social e histórica que é representada pelo sistema capitalista de produção, o trabalho encontrado é o trabalho alienado. Visto dessa forma, podemos afirmar que a sociedade burguesa – e ainda a sociedade burguesa contemporânea – criou um tipo de realidade que fez com que os homens se alienassem com uma intensidade e amplitude nunca vistas na história.

O trabalho tem sempre um significado produtivo, que é o produto do trabalho, como parte dele e como representação do próprio sujeito do trabalho. Na sociedade capitalista, o trabalho deixa de ser aquele momento de realização humana e se transforma numa atividade prática negativa, no trabalho alienado, isto é, numa forma histórica do trabalho.

Os processos de trabalho no capitalismo não anulam as suas determinações gerais. O que ocorre é que ele passa a ser apenas um meio

para o processo de valorização do capital, submetendo o homem ao caráter de coisa, de mercadoria. O trabalho humano transforma-se em produtor de mercadorias, assim como o próprio trabalhador se torna uma mercadoria.

Na sociedade capitalista, as relações sociais movidas pela reprodução do capital passam a dominar todas as esferas da vida humana. Desse modo, o capital – que é uma criação dos homens – passa a ser a razão e a essência do agir dos indivíduos nessa formação social. Além disso, o tipo de relação possibilitada pelo capital funda a exploração do homem pelo homem, tornando a vida carente de sentido.

A gênese e o desenvolvimento dessa consciência assumiu a forma historicamente concreta de uma oposição entre indivíduo e sociedade. Corresponde, em larga medida, à gênese e ao desenvolvimento do individualismo burguês. Para o pensamento moderno, os indivíduos se constroem em permanente confronto com a estrutura social global e com os outros indivíduos, numa dinâmica de disputas pelas quais cada individualidade, ao se constituir enquanto egoísta e competitiva, constrói também uma sociedade desumana, concorrencial. Nessa forma de sociabilidade cada indivíduo tem na sociedade e nos outros indivíduos uma oportunidade ou obstáculo para acumular capital, e não uma expressão da generalidade humana. Temos aqui, em sua essência, o individualismo burguês, de um lado, e a sociedade civil burguesa, de outro. (LESSA, 1997, p.110)

O trabalho, no contexto da sociedade capitalista e em face da apropriação privada dos meios de produção, tende a negar suas potencialidades emancipadoras, fazendo com que os indivíduos não se reconheçam como sujeito daquilo que realizaram. A criação humana se faz estranha ao próprio homem.

Tem-se, então, uma cisão entre sujeito e objeto, numa relação que permite a produção e reprodução das relações sociais sem que a riqueza humana socialmente construída seja apropriada, material e espiritualmente, pelos indivíduos que a construíram. Os indivíduos que realizam o trabalho se tornam objeto e os objetos por eles produzidos passam a valer como sujeitos.

Se humanidade é definida como atividade – pressuposto básico de Marx – então alienação significa que a humanidade existe sob a forma de inumanidade, que os sujeitos humanos existem como objetos. Alienação é a objetivação do sujeito. O sujeito (homem ou mulher) aliena sua subjetividade, e essa subjetividade é apropriada por outros (...) Ao mesmo tempo, como o sujeito é transformado em objeto, o objeto que o sujeito produz, o capital, é transformada no sujeito da sociedade. A objetivação do sujeito implica também a subjetivação do objeto. (HOLLOWAY apud ANTUNES, 2001, p. 132)

A contradição existente e que tem por fundamento a coisificação das relações sociais, ou seja, a transformação do produto da práxis⁹ humana em objetos estranhos e dotados de uma vida própria que aparecem aos homens como um poder que os domina, está no fato de a sociedade capitalista permitir um maior desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades humano-genéricas, mas, ao mesmo tempo, produzir o maior grau de alienação dos homens.

⁹ Segundo Vasquez (1990, p.245), "ação do homem sobre a matéria e criação – através dela – de nova realidade humanizada".

[...] Nos dias em que vivemos, um exemplo desse fato é a introdução da automação e da informática na produção. É hoje inegável o quanto isso poderia significar no sentido de diminuir a jornada de trabalho efetivamente necessária para a reprodução da sociedade, aumentando assim o "tempo livre" dos indivíduos. A esfera da necessidade poderia consumir um tempo de trabalho da humanidade infinitamente menor ao que absorve hoje, e a esfera da liberdade poderia ser ampliada de modo significativo. O que isso significaria no sentido da emancipação humana é por si evidente. (LESSA, 1996, p.20)

Completa Lessa (1996, p.20),

No entanto, enquanto mediação para potencializar a extração da mais-valia, a automação e a informática nada mais significam senão desemprego, miséria e agravamento das desigualdades sociais. E, nesse quadro histórico, quanto mais elas potencializarem a produtividade do trabalho, mais miséria produzirão. O capital, portanto, de impulsionador revolucionário da humanidade entre os séculos XIII e XVIII, se converteu em um obstáculo cada vez mais formidável, conforme avança o tempo, à plena explicitação categorial do gênero humano. (LESSA, 1996, p.20)

A relação trabalho/alienação é resultado de uma relação mais geral entre trabalho e reprodução social. Enquanto o trabalho entendido como categoria que funda os demais complexos da sociabilidade é condição eterna da vida humana, o trabalho alienado diz respeito especificamente à necessidade de reprodução do capital. E, assim, só poderá deixar de existir com a superação da sociedade capitalista.

Temos, então, que, na ordem burguesa o trabalho – como especificidade humana, como traço distintivo do homem – realiza-se como alienação, pois os produtos desse trabalho alienado serão mercadorias, e estas mercadorias passarão a dominar a vida das pessoas. Para que esta característica seja eliminada, é necessário que toda a sociedade se

transforme, já que o modo de produção capitalista se caracteriza como produtor de mercadorias fazendo, do próprio trabalho, uma mercadoria.

Quanto mais o homem faz de sua existência uma mercadoria, um produto independente de seu sujeito, ele se priva dos seus meios de existência que também viram mercadoria e aumenta ainda mais sua distância dessas mercadorias que foram por eles produzidas.

A realização do trabalho surge de tal modo desrealização que o trabalhador se invalida até a morte pela fome. A objetivação revela-se de tal maneira como perda do objeto que o trabalhador fica privado dos objetos mais necessários, não só à vida mas também ao trabalho. Sim, o trabalho se transforma em objeto, que ele só consegue adquirir com o máximo de esforço e com interrupções imprevisíveis. A apropriação do objeto manifesta-se a tal ponto como alienação que quanto mais objetos o trabalhador produzir tanto menos ele pode possuir e mais se submete ao domínio de seu produto, do capital. (MARX, 1974, p.159)

Antunes (2001) indica a necessidade da alienação ser compreendida como expressão contraditória do capitalismo e, assim, podendo ser entendida como um processo que se modifica a partir da luta e resistência da classe trabalhadora.

Como a "alienação é a produção do capital realizada pelo trabalho", ela deve ser entendida "como atividade, estando sempre em disputa. Em outras palavras, a alienação é a luta do capital para sobreviver, a luta do capital para subordinar o trabalho (...), é a luta de classes: ela é a luta do capital para existir" [...]. O processo de alienação é, portanto, vivenciado cotidianamente pelo trabalho, e a desalienação é parte imprescindível desse processo [...]. É a expressão da revolta da atividade contra a sua condição *estranhada*. (p. 132).

Frente a essas palavras, acreditamos poder afirmar que a alienação é produto da história humana, é resultante da reprodução social. Concebendo a essência humana como histórica, como historicamente

determinada pela reprodução social, Lukács (1979) nos leva à compreensão de que os homens fazem sua própria história e que, portanto, as misérias humanas são de responsabilidade única da humanidade, e a modificação disso também.

2.2. O cenário atual da crise contemporânea: o lugar do trabalho e o espaço para o lazer.

[...] ainda que o desenvolvimento das forças produtivas ofereça possibilidades novas e revolucionárias para o desenvolvimento humano, a consciência meramente fenomênica de que é capaz o mundo burguês só concebe o novo como uma nova forma do velho. O caso hoje mais escandaloso é, talvez, o da informatização e automação. Elas permitem aumentar significativamente o tempo livre da humanidade; contudo, no interior do capitalismo, produzem uma jornada de trabalho maior e mais intensa, abolem direitos trabalhistas, diminuem salários e provocam mais desemprego. As potencialidades revolucionárias inscritas no mundo burguês são percebidas, pela ideologia dominante, tão somente como formas que renovam o velho, de modo que o novo em potência jamais sequer chega perto de efetivar-se. (Sergio Lessa, 1997)

A sociedade contemporânea vem sendo marcada por um acelerado processo de transformação social, transformações essas que revolucionam o modo de reproduzir nossa vida material, com enormes implicações sobre a organização da produção e do trabalho.

Essas transformações se dão, fundamentalmente, em função das novas configurações do sistema produtivo. Na dinâmica organizacional societária, essas transformações fazem com que apareçam novos tipos de

relações produtivas criando uma nova organização sócio-técnica do trabalho.

Em meados da década de 1970, o padrão Taylorista/Fordista¹⁰ de produção começou a se esgotar e deu espaço a novas formas de organização da produção, como o Toyotismo, fundando a chamada flexibilização, ou acumulação flexível¹¹. Houve, também, nesse período, uma globalização das relações econômicas, permitindo uma desterritorialização do capital, que fez com que a circulação do capital passasse a não ter mais fronteiras. No âmbito da sociedade capitalista, os processos de trabalho – fordismo, toyotismo e acumulação flexível – se substituíram na perspectiva de adequação da produção à lógica imposta pelo mercado.

Com o surgimento da globalização e dos megablocos econômicos e com a flexibilização das relações de produção, deixa-se de lado o trabalhador fabril do século XIX, que assumia uma determinada função, e exige-se um trabalhador mais polivalente, que possa assumir variadas

¹⁰ Antunes (1999, p.36) caracteriza o binômio taylorismo/fordismo como “expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo de praticamente todo o século XX, sobretudo a partir da segunda década, o qual baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada”. Além disso, caracterizou-se pela cronometrização dos tempos e movimentos, combatendo o desperdício na produção e aumentando o ritmo de trabalho. O trabalho, então fragmentado e transformado em tarefa repetitiva e monótona, reduziu cada vez mais a capacidade criadora do trabalhador, entendido somente como um apêndice da máquina.

¹¹ O capitalismo deu, em início dos anos 70, os primeiros sinais de crise após um longo período de apogeu do fordismo e keynesianismo, apresentando os seguintes traços: queda da taxa de lucro, em função do aumento da força de trabalho; o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; hipertrofia da esfera financeira; maior concentração de capitais; crise do *welfare state* e mecanismos de funcionamento; aumento das privatizações, desregulamentação e flexibilização do processo produtivo. (ANTUNES, 2001, p.29-30).

funções. Temos também que, com o avanço da automação, em decorrência do surgimento de novas tecnologias, tem-se produzido mais riqueza em menos tempo de trabalho. Mas isso faz com que se reduza também a quantidade de trabalho necessário para a remuneração do trabalhador aumentando, dessa forma, a produção excedente que será apropriada pelo capitalista.

São essas novas configurações sociais geradas pela globalização, flexibilização das relações de produção e desenvolvimento tecnológico que têm provocado uma redução do tempo de trabalho e uma ampliação do tempo livre. Porém,

O ponto crucial é que o fato de a nova e fantástica base técnica, potenciadora das forças produtivas, dar-se sob relações de exclusão social, ao contrário de liberar tempo livre enquanto mundo da liberdade produz tempo de tensão, sofrimento, preocupação e flagelo do desemprego estrutural e subemprego. O trabalho, enquanto força de trabalho, passa a constituir-se numa preocupação visceral de tal sorte que, perversamente, [...] o caráter excludente das relações sociais determina que, nestas circunstâncias, o trabalhador lute para manter-se ou tornar-se mercadoria. (FRIGOTTO, 1995, p.60).

Estas intensas transformações que vimos assistindo nos últimos tempos e que refletem uma incrível potencialização das forças produtivas não produzem o alargamento – como poderiam – dos horizontes teóricos, políticos, culturais e afetivos da humanidade.

Antunes (1999) aponta em seus estudos que estas transformações no mundo do trabalho acarretaram no processo que ele caracterizou como um processo de heteroginização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora, repercutindo em mudanças no ser do trabalho e

atingindo intensamente o universo da consciência, da subjetividade do trabalhador e de suas formas de representação. As principais conseqüências dessas transformações podem ser visualizadas através da desproletarização do operariado industrial e fabril com aumento significativo do assalariamento no setor de serviços, da significativa expansão do trabalho assalariado e do trabalho parcial temporário e subcontratado, da heterogeinização do trabalho e da assustadora expansão do desemprego estrutural que significa, hoje, a mais brutal das transformações e atinge escala global. Para este mesmo autor, as mudanças no mundo do trabalho, geradas principalmente pela expansão do fordismo e do toyotismo, têm como conseqüência mais evidente o distanciamento pleno de qualquer alternativa para além do capital. O que se vê com maior freqüência são formulações que buscam uma saída para a crise do capitalismo em seu interior, ou seja, visualizam uma nova forma de organização do trabalho adotando a ótica do mercado e da produtividade da empresa, continuando, dessa forma, a lógica do capital.

Essa expansão dos níveis de desemprego estrutural aparece como conseqüência da crise do capitalismo e da necessidade de uma reorganização do capital e de seu sistema político e ideológico de dominação, seguido de um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho. Essa reestruturação do capital, porém, foi tratada somente na sua superfície, ou seja, a reestruturação – como resposta à crise – se fez sem que se alterassem as bases do modo de produção capitalista, criando novas formas de acumulação flexibilizadas. Isso fez

com que houvesse, em escala mundial, uma ação destrutiva da força humana de trabalho, caracterizada pelo enorme contingente de pessoas que se encontram à margem do processo produtivo ou em trabalhos precarizados.

Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se traços constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do capital. (ANTUNES, 2001, p.34)

Constata-se nessas transformações que as novas formas assumidas pela organização produtiva da sociedade têm gerado um cenário problemático que é marcado por conflitos de toda ordem. Assim, parece recair sobre a classe trabalhadora o maior ônus decorrente do reordenamento do padrão de acumulação, pois esta classe tem sofrido, crescentemente, um processo de exclusão do mundo do trabalho, principalmente dos trabalhos formais e estáveis, aumentando o número de pessoas que ingressam no trabalho informal. Esse crescimento do trabalho informal se apresenta como uma alternativa de sobrevivência da classe trabalhadora.

Por outro lado, esse processo de exclusão do mundo do trabalho tem aumentado o contingente do exército industrial de reserva, uma vez que a oferta de vagas no setor produtivo é restrita, e o setor de serviços não apresenta possibilidade de absorção de toda essa mão-de-obra.

A reestruturação produtiva tem, então, provocado uma redução do emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, revelando um novo perfil do tempo e do mercado de trabalho. Além disso, o desenvolvimento das novas tecnologias gera um aumento do "exército industrial de reserva", de forma a tornar mais viável as estratégias de extração de mais-valia absoluta da extensão da jornada de trabalho com redução de salário real. (PADILHA, 2000, p.26)

Fundada nas idéias de Viviane Forrester, Chauí (1999) diz que, contrariamente às fases anteriores de capitalismo, a forma contemporânea de capital impõe a idéia de que o trabalho não cria riqueza, os empregos não dão lucro e os desempregados são dejetos inúteis e inaproveitáveis. "[...] Depois de haver produzido mercadorias descartáveis, o trabalhador tornou-se a única mercadoria descartável" (CHAUÍ, 1999, p.55).

Daí esse estranho fenômeno da indústria moderna: a máquina põe abaixo todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico que torna o mais poderoso meio de encurtar o tempo de trabalho no meio mais infalível de transformar todo o tempo da vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho em que se pode lançar mão o capital para expandir seu valor. (MARX apud OLIVEIRA, 2001, p.53)

Dessa forma, assim como a classe de trabalhadores assalariados vive em constante insegurança com relação à sua estabilidade econômica, devido à grande taxa de desemprego como também à precariedade das relações de trabalho, o seu tempo fora do trabalho também passa a ser afetado.

O tempo disponível fora do trabalho acaba sendo utilizado pelo trabalhador para a busca de uma qualificação profissional que, em tese, lhe daria maiores garantias de ter seu emprego assegurado, ou para

procura de outros empregos que o ajudariam a ampliar a renda familiar. Com isso, o tempo que resta se destina, quase todo, para a recuperação e reposição das energias necessárias para a próxima jornada de trabalho sobrando, dessa forma, pouco tempo para o divertimento ou a realização de atividades que ampliariam o seu quadro de desenvolvimento pessoal, ampliação essa que poderia ser alcançada através de atividades de lazer.

Apesar deste quadro apresentado, o lazer passa a ser visto como uma das atividades de ocupação desse tempo, que acaba sendo configurado como a conquista de um tempo de folga sobre o trabalho, que não contrapõem, mas que completa o trabalho produtivo. O lazer, então, é concebido como a forma capaz de diversão e felicidade, como o meio pelo qual é possível compensar as frustrações e o estresse da vida laborativa, como uma fuga da rotina, sendo associado, então, ao nível de qualidade de vida de uma população.

Dessa forma, parece improvável pensarmos que o aumento do tempo livre gera também um aumento dos momentos de prática do lazer, como se pudéssemos associá-los, por completo, de maneira direta e imediata. Padilha (2000) nos dá elementos que constata que o aumento do tempo de não-trabalho está sendo ampliado, é verdade, para uma grande maioria de trabalhadores, mas está cedendo espaço a um problema de dimensão político-social e econômica que é o desemprego. O lazer divide, portanto, nesta dimensão do tempo de não-trabalho, as preocupações geradas pelos processos de exclusão social, não só o

desemprego estrutural, mas também o processo de estranhamento do trabalho.

Com isso, os capitalistas não são apenas proprietários dos meios de produção, como são, também, controladores do tempo dos trabalhadores, que vão sendo cada vez mais explorados e vão ficando cada vez mais distantes da idéia de que possuem um tempo livre para o lazer que esteja desprendido de obrigações e que possa representar um espaço de liberdade de ação.

É o domínio do tempo de trabalho dos outros que dá aos capitalistas o poder inicial de se apropriar dos lucros para si [...]. As práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais, elas sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo social, sendo muitas vezes o foco de uma intensa luta social. (HARVEY apud PADILHA, 2000, p.54)

Chauí (1999) nos diz que, ao invés de o proletariado cultivar as “virtudes da preguiça”¹², como propunha Lafargue, ele travou uma luta pelo direito ao trabalho, pela jornada de oito horas, pelo salário mínimo, com direito a férias e aposentadoria e a conquista do seguro desemprego. Conquistas estas que os trabalhadores vem perdendo a cada dia devido à nova forma de organização do trabalho e à crise do capitalismo.

¹² Lafargue, utilizando-se de um pecado para provocar e questionar a crescente valorização do trabalho via a preguiça como condição necessária para o desenvolvimento físico, psíquico e político do proletariado. “[...] que virtudes a preguiça engendra? O prazer da vida boa (a boa mesa, a boa casa, as boas roupas, festas, dança, músicas, sexo, ocupação com as crianças, lazer, descanso) e o tempo para pensar e fruir cultura, das ciências e das artes. Disso resulta o desenvolvimento dos conhecimentos e da capacidade de reflexão que levará o proletariado às causas reais de sua situação e à necessidade histórica de superá-la numa sociedade nova”. (CHAUÍ, 1999, p.45)

Para ela, esses direitos conquistados pelos trabalhadores tiveram, em um certo momento, de ser garantidos pela burguesia, o que se chamou de Estado do Bem-Estar. Na sua opinião, a burguesia soube perfeitamente transformar em ganho o que, num primeiro momento, parecia ser uma perda, criando a indústria da moda, a indústria cultural, do esporte e do turismo e, com isso pôde controlar o tempo livre dos trabalhadores, criando neles necessidades fictícias de consumo, “[...] Ela nada perdeu e muito ganhou, pois tornou invisível a dominação de classe e a exploração” (CHAUÍ, 1999, p. 49).

Os processos de fragmentação do trabalho verificados na sociedade capitalista evidenciam e acentuam a desigualdade social, a aniquilação de alguns direitos conquistados, o crescimento da violência e da miséria urbana etc.

Ao mesmo tempo, e em virtude de uma crescente bandeira levantada que prega que com a forma avançada de capitalismo o trabalho já não ocupa um papel central no desenvolvimento das sociedades¹³, o peso e a importância dados ao lazer, ou ao binômio trabalho/lazer, têm sido alterados. Mesmo frente ao contexto de exclusão e privações, há um

¹³ Não concordamos com a tese que prega o fim da centralidade do trabalho, pois concordamos com Antunes (2001) quando diz que a classe-que-vive-do-trabalho – que inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, referindo-se não somente aos trabalhadores produtivos como também aos trabalhadores improdutivos (aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço) – tem aumentado significativamente. Isso demonstra, segundo ele, que temos um aumento significativo de uma classe que, cada vez mais, necessita da venda da sua força de trabalho para poder sobreviver. Com isso, ele afirma que, mais do que nunca, o trabalho ainda ocupa lugar central na explicação da sociabilidade humana, pois este continua desempenhando um papel decisivo na criação de valores de troca.

crescente investimento no setor de entretenimento associado à indústria do lazer.

Para Mascarenhas (2001), o pouco de tempo livre de trabalho que resta ao trabalhador acaba se convertendo em ganho para o capital. Os donos do capital preferem um modelo de lazer que atenda às reais demandas da indústria do turismo e do entretenimento à construção de um projeto político em que figurem esforços para o bem estar e a melhoria da qualidade de vida da população.

Castellani Filho (1996) nos dá um demonstrativo disso ao discutir como vêm sendo construídas as políticas públicas para o setor de lazer. Ele nos mostra que o Brasil foi um dos países da América Latina que mais cresceu economicamente. Porém, que as desigualdades econômica e social aumentaram¹⁴. Para ele, dados como, por exemplo, o de que 400 mil crianças morrem de fome anualmente e o de que 22 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza absoluta, em contraste com um Brasil que ostenta o 1º lugar mundial na produção de açúcar, café, laranja e mandioca e o 2º lugar em rebanho bovino¹⁵, auxiliam na compreensão e reconhecimento mundial de um quadro de exclusão social do mundo urbanizado e na indagação sobre qual classe social está sendo indicada quando vemos, em reportagens nos jornais e revistas, que a indústria do lazer no Brasil vem crescendo cada vez mais.

¹⁴ Estas informações, Castellani Filho tirou do Relatório/95 do PNDU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, acerca do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.

¹⁵ Segundo reportagem publicada pela revista ADUSP, em maio de 1996 (CASTELLANI FILHO, 1996, p.9).

[...] é neste contexto mundial e nacional que, ao enfocarmos a problemática do lazer – enquanto um dos elementos indicadores da qualidade de vida de um povo – nos deparamos com a situação aparentemente paradoxal, perceptível nas notícias que, a par da realidade denunciada pelos dados acima, indicam um crescente investimento no setor de entretenimento por parte da iniciativa privada associada à indústria do lazer no Brasil. (CASTELLANI FILHO, 1996, P.12)

Nos mostra ainda que a fatia da população que usufrui desse crescimento no setor do lazer e do entretenimento não é, certamente, a das pessoas que,

[...] de setembro de 1994 a setembro de 1995, passaram da economia formal para o mercado informal, algo em torno dos 17% do pessoal empregado! Isso sem falarmos do valor do salário mínimo dos trabalhadores brasileiros [...] como também do contingente de desempregados que, malgrado os esforços dos neoliberais de plantão em camuflar sua existência, aumenta avassaladoramente em nosso meio [...]. Certamente também não são os cerca de 22 milhões de brasileiros que vivem em condições situadas abaixo do nível de pobreza absoluta [...] o que nos conduz à confirmação, mais uma vez, da responsabilidade do modelo econômico concentrador presente em nosso país, pelo quadro de desigualdades sociais nele existentes. (CASTELLANI FILHO, 1996, p.13)

Mascarenhas (2001) nos coloca uma reflexão também importante para a compreensão do lazer perante este quadro. Vejamos:

Frente aos interesses econômicos mercadológicos, o fomento às práticas de lazer torna-se evidente, e sua potencialidade/capacidade temporal de consumo constitui-se, então, como poderoso instrumento para a reprodução do capital. Neste contexto, o resíduo de tempo em que ocorre o lazer e a maneira como dele as pessoas se apropriam, caracteriza-se pelo modo ou posição que o sujeito ou determinado grupo ocupa na sociedade de classes. Desta maneira, é com referência no poder de compra e/ou consumo que são verificadas as diversas formas de emprego do lazer. (p. 55)

Para este autor, a partir do momento que as relações entre lazer e sociedade passaram a sofrer o controle e a interferência das administrações pública e privada, as atividades realizadas no tempo de não-trabalho trazem como foco principal das preocupações desses setores a necessidade de responder às demandas que a esfera produtiva coloca, tornando-o racional e economicamente útil.

Dados do Relatório/2003 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, mostram que o Brasil melhorou sua posição no IDH Municipal nos últimos nove anos, passando de 0,707 em 1991 para 0,769, em 2000. Porém, na classificação internacional, o Brasil continua sendo um país de médio desenvolvimento humano.

Para mostrar algumas contradições, o país é parâmetro de desigualdade, sendo citado como paradigma de iniquidade, especialmente no que se refere à renda. Neste relatório, o Brasil aparece como o país que mais desigualmente distribui a renda, mais até que nos países mais desiguais. Comparados aos coeficientes de Gini¹⁶ mundial, que é de 0,66, o Brasil registra um alto índice: 0,61, ficando atrás somente da Namíbia, Botswana, República Centro-Africana e Suazilândia. Nem mesmo os países da África sub-saariana possuem índices superiores ao do Brasil. Ao mesmo tempo, surgem várias menções positivas com relação ao combate à Aids e

¹⁶ O índice de Gini é uma medida de desigualdade de renda na qual o valor zero corresponde à igualdade perfeita e o valor um à igualdade absoluta. Em uma situação em que todos os habitantes tivessem a mesma renda, o índice seria igual a zero.

à miséria, e ao Programa Fome Zero, Projeto do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

A "Desigualdade de renda medida pelo índice de Gini aumentou em 3.654 municípios do Brasil na década de 90; em 23 Unidades da Federação o índice é pior em 2000 do que era em 1991[...]" (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2003). O país ocupa a sexta colocação no ranking das nações com pior distribuição de renda no mundo.

Outra contradição é o fato de o Brasil ser citado, ao lado da China, Índia e México, como exemplo de grande economia em crescimento. Porém, deixa à margem regiões de intensa pobreza em seus territórios. Isso demonstra que o progresso geral é conquistado com base nas disparidades entre os grupos sociais.

Outros dados ainda nos são interessantes. Apesar de entrar na lista das grandes nações que conseguem atingir bons níveis de reduções na pobreza, tendo caído de 15,8% da população em 1999 para 11,4% da população em 2003, as diferenças regionais aparecem com altos índices de desigualdade. Os 10% dos domicílios mais ricos têm uma renda 70 vezes maior do que a dos 10% de domicílios mais pobres, além das taxas de analfabetismo, que têm ficado cada vez mais distantes com relação aos Estados ricos e pobres.

Estes dados retirados do Relatório/2003 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD confirmam a idéia de dois tipos de acesso ao lazer: diferentes para os mais e para os menos abastados

economicamente falando. Essa indústria crescente do entretenimento e do turismo, como afirma Castellani Filho na citação colocada, certamente não atende toda a população e, muito menos, as reais necessidades da sociedade. Primeiro porque, como mostrado, o Brasil é campeão em distribuição desigual de renda. Segundo, como consequência do primeiro, há uma diferença muito grande entre os níveis de alfabetização da população. Estes dois critérios são importantíssimos para se medir quantitativa e qualitativamente como o lazer vem sendo usufruído.

Porém, estes dados nos auxiliam na compreensão da situação real do país, servindo de referência para avaliar a capacidade que certas ações governamentais possuem para melhorar a qualidade de vida da população em diversos aspectos.

Esta discussão acima travada nos faz questionar sobre quais as repercussões que esses dados trazem para os pesquisadores do lazer. Como podemos analisar o aumento do tempo livre e o lazer de modo a considerar criticamente as reais situações vividas pela sociedade global?

Dessa forma, é de extrema importância compreender as interfaces estabelecidas entre o trabalho, o tempo de não-trabalho e o lazer, na medida em que foi no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista e, com isso, nas novas configurações sofridas pelo modo de produção dessa sociedade, que o lazer surgiu.

Marcassa (2002) revela em sua pesquisa que em outras organizações sociais anteriores ao capitalismo e antes da industrialização o modo de vida estava articulado à dinâmica da natureza, fazendo com

que a forma de trabalho, a diversão, o ócio, o convívio social se misturassem entre o tempo de trabalho e o passar do tempo. Se não há uma fragmentação do tempo social, a autora afirma, então, “[...] que o lazer nem sempre existiu como prática social circunscrita a um tempo, espaço ou atividade que lhe conferissem qualidades próprias [...]” (p.11). Foi o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização que deu à noção de tempo social uma nova lógica, em que foram impostas medidas de controle do tempo, não só durante o trabalho, mas também fora dele.

Nesta perspectiva, o lazer que se vive parece proporcionar momentos privilegiados para vivência de valores e sensações distintas das possibilitadas pelos momentos vividos no tempo de trabalho.

Pode-se dizer, com isso, que estas transformações acabam gerando uma nova forma de se entender não só o tempo de trabalho, mas também o tempo de não-trabalho. Se com o avanço tecnológico, aumentou-se o tempo livre de trabalho, essa dimensão do tempo/espaço fora do trabalho ganha em importância, por caracterizar, também, as facetas do poder geradas pela sociedade contemporânea.

Com isso, buscamos demonstrar uma noção de que o trabalho e o lazer não devem ser considerados de natureza estanques. Pelo contrário, o trabalho e o lazer possuem dimensões equilibradas e não só o surgimento do lazer se deu unido às noções e relações de trabalho no seio desta sociedade, como o desenvolvimento e modificações na apreensão deste também.

É nessa unidade, pois, existente entre tempo de trabalho e tempo de não-trabalho que o indivíduo produz variadas ações que estão ligadas à satisfação de determinadas necessidades (FALEIROS, 1980), como também às necessidades de lazer.

[...] Um dos aspectos que deveríamos abordar diz respeito à sua relação com o trabalho. Acreditamos que a relação existente aí não é a de oposição, como alguns autores vêem. O tempo de trabalho requer um tempo de não trabalho; a atividade de trabalho requer a realização de outras atividades para que ela possa se repetir. Na realidade, é um processo único. Entre o tempo de trabalho e o tempo de não trabalho existe uma unidade muito particular. Durante o tempo de não trabalho, os homens desenvolvem uma variedade de ações ligadas, todas elas, à satisfação de determinadas necessidades. Eles se transportam, preparam os alimentos, comem, fazem sua higiene, dormem, mantêm relações sexuais etc., ações estas ligadas à reconstrução e reprodução da força de trabalho. Com aquele mesmo objetivo, existem outras: eles passeiam, fazem e ouvem música, jogam e assistem jogos, lêem e escrevem, dançam, fazem e assistem a filmes. (FALEIROS, 1980, p.64)

Entendendo que é neste tempo fora do trabalho que as necessidades básicas do homem – das quais o lazer faz parte – são satisfeitas, esse tempo passa a representar um importante elemento na luta pela superação do quadro imposto pelo sistema vigente, que tem se caracterizado cada vez mais como uma situação de desigualdade e opressão.

Para Valle (1988, p.44), “[...] Em suas raízes históricas e, marcadamente, em sua formulação contemporânea, [...] o lazer foi sempre profundamente caracterizado por uma busca direta de manipulação ideológica”. O tempo livre e o lazer têm, inevitavelmente, um

caráter de classe, pois estão inseridos nas esferas das lutas políticas e ideológicas da classe trabalhadora.

Se não só a esfera do trabalho, mas também a do não-trabalho, pode revelar os processos de fragmentação que se verificam nas sociedades capitalistas, possibilitando pensar a sociedade e refletir sobre seus valores mais gerais, podemos identificar no lazer também uma forma de alienação do homem ou a própria negação do indivíduo.

Dessa forma as concepções de lazer que o colocam como um remédio para a cura das doenças do trabalho, ou seja, que acreditam no lazer como uma fórmula para compensar as frustrações da vida laborativa, não conseguem entendê-lo no âmbito da heterogeneidade social.

[...] uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desefetivação que se dá no interior da vida laborativa. (ANTUNES, 2001, p. 175)

Se o trabalho deixa de ser fonte de criação e de reprodução da vida, como visto na primeira parte deste capítulo, dentro da esfera do lazer não é possível experimentar uma vida verdadeiramente livre e autônoma, ou seja, uma vida dotada de sentido.

Este quadro, apesar de adverso, não é estático. Portanto, temos que considerar as possibilidades criadas pelas contradições inerentes ao

sistema capitalista para que sejam gestadas condições de reação, no sentido de reforçar a luta por uma sociedade emancipada.

Uma vida rica em possibilidades e cheia de significado no tempo livre passa por um mesmo modo de vida no tempo de trabalho. Portanto, a genuína liberdade de que falava Marx coloca-se em completa oposição ao ainda presente trabalho alienado. Somente em outra forma de sociedade, quando a associação autônoma dos trabalhadores forem uma realidade, é que os homens poderão experimentar e viver um tempo verdadeiramente livre – isto é, um tempo livre *para* –, o que não frustra e impede a tentativa de antecipação de situações onde o exercício e a prática da liberdade possam, sim, ocorrer em alguns espaços. Arriscamos dizer que em outra sociedade, ainda que não seja possível avistá-la em horizonte próximo, o trabalho não mais será percebido como um “azar”, mas como uma atividade carregada de sentido, uma vez que a justa distribuição de seu produto social estará assegurada com o fim da propriedade privada sobre os meios de produção. Nesta sociedade, e somente nela, o tempo livre será o tempo destinado, em sua plenitude, ao desenvolvimento físico e intelectual do homem com fim em si mesmo [...]. (MASCARENHAS, 2000, p.41)

No nosso campo específico, a afirmação de um conceito de lazer que considere as tensões existentes entre o capital e o trabalho, e que na organização do lazer temos presente uma forte carga de ideologização, nos levará a uma compreensão desse fenômeno para além dos significados funcionalistas e compensatórios que o lazer, hegemonicamente, tem recebido, contribuindo para uma melhor intervenção neste campo.

CAPÍTULO 3: As apropriações conceituais do lazer e seus autores: possibilidades transformadoras?

Realizaremos aqui uma análise sobre o lazer a partir da leitura e interpretação dos conceitos de lazer desenvolvidos pelos autores delimitados para esta pesquisa. Foram escolhidos para estudo Nelson Carvalho Marcellino, Antonio Carlos Bramante, Heloísa Turini Bruhns, Fernando Mascarenhas e Luciana Marcassa. Essa escolha se deu, em primeiro lugar, pela importância representada por esses autores no panorama do debate no campo teórico sobre o lazer na Educação Física contemporânea. Em segundo lugar, pela contribuição de seus estudos na interpretação teórico-conceitual do lazer.

Marcellino é graduado em Sociologia, Mestre em Filosofia da Educação, Doutor em Educação, e Livre-docente na área de Estudos do Lazer na linha de pesquisa "As inter-relações do lazer na sociedade". Porém, boa parte de sua trajetória acadêmica esteve diretamente vinculada à Educação Física, tendo desenvolvido, por mais de dez anos, suas atividades de ensino de graduação na modalidade "Recreação e Lazer", do Curso de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, e de pós-graduação (Mestrado e Doutorado) na área de concentração "Estudos de Lazer", do programa de pós-graduação da mesma Universidade. Atualmente, é professor da Universidade

Metodista de Piracicaba –UNIMEP, na Faculdade de Educação Física - FACEF, desenvolvendo suas atividades na graduação e na pós-graduação (Mestrado), na área de “Corporeidade, Pedagogia do Movimento e Lazer”, na linha de pesquisa “Corpo e Lazer”, e também no curso de graduação em Turismo. Suas principais obras são *Lazer e Humanização (1983)*, *Lazer e Educação (1985)*, e *Pedagogia da Animação (1987)*, todas publicadas pela Editora Papirus. Entre outras publicações importantes, destacam-se *Estudos do Lazer: uma introdução (1996)* e *Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras (1996)*, ambas publicadas pela Editora Autores Associados. Participou, ainda, na organização de diversos livros. Além disso, destaca-se também por suas participações como animador cultural junto ao Sesc e por sua assessoria na formação e no desenvolvimento de quadros para atuação na área de lazer e na definição de políticas para o setor, a diversas prefeituras, governos de Estado, e instituições em diferentes Estados do País.

Bramante é licenciado em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física de São Carlos, Mestre em Educação pela Universidade Estadual de West Chester/EUA e Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual da Pensilvânia/EUA na área de concentração “Estudos do Lazer e Administração de Parques Públicos”. Atualmente, é professor na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e assessor de relações nacionais e internacionais (ARNI) da Universidade Sorocaba - UNISO e também professor convidado pela Associação Mundial de Lazer nas Universidades de Leewarden e Wageningen, Holanda. Coordena, ainda, o

Grupo de Estudos de Administração em Lazer e Entretenimento – GALE, na UNICAMP. Presta consultoria e assessoria no campo do lazer e atividades físico-esportivas em Prefeituras, Empresas, SESC, SESI e Clubes Social-Recreativos. É membro do conselho editorial de diversos periódicos no Brasil e no exterior.

Bruhns é graduada em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC-Campinas. É professora livre-docente do Departamento de Estudos do Lazer da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Lá ela coordena o Grupo de Estudos Lazer e Cultura – GLEC. Suas principais publicações são *O corpo parceiro e o corpo adversário (1993)*, *Futebol, carnaval e capoeira: entre as gingas do corpo brasileiro (2000)*, além de coordenar as edições de *Conversando sobre o corpo (1985)*, *Viagens à natureza (1997)* e *Olhares contemporâneos sobre o turismo (2000)*, todos pela Editora Papyrus. Destacam-se ainda *Introdução aos estudos do lazer (1997)*, pela Editora da UNICAMP, e *O corpo e o lúdico: ciclo de debates lazer e motricidade (2000)*, *Enfoques contemporâneos do lúdico – III Ciclo de Debates Lazer e Motricidade (2002)* pela Autores Associados, *Representações do lúdico – Ciclo de Debates Lazer e Motricidade II (2000)* e *Lazer e ciências sociais: Diálogos pertinentes (2002)*, pela Editora Chronos.

Marcassa é licenciada em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Atualmente, é professora da Faculdade de

Educação Física da UFG. Trabalhou, durante dois anos, como coordenadora do Grupo de Pesquisa e Estudo do Lazer – GEPEL e, atualmente, coordena o Grupo de Estudo Pesquisa e Experimentação em Ginástica Geral – GEPOEGIN, além de ser a coordenadora das pesquisas “*Metodologia do Ensino da Ginástica Geral e da Pesquisa*” e “*Educação, cultura e tempo livre: elementos para a compreensão da Teoria e da História do Lazer*”, todos na UFG. É também secretária estadual do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte/GO.

Mascarenhas é licenciado em Educação Física pelo Centro Universitário Oswaldo Aranha - UNIFOA, mestre em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Doutorando em Educação Física, sendo cursado na mesma instituição. Atualmente, é professor da faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás – UFG. Foi vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN, gestão 2000-2002. Tem um livro publicado pela Editora da UFG, intitulado *Lazer como prática da liberdade (2003)*.

Podemos dizer que, dado o contexto histórico em que as obras dos autores foram escritas, fica evidente que elas guardam em si os limites da época e que, alguns autores, até reviram seus conceitos e interpretações.

É fato também que temos presente nos autores delimitados para este estudo pelo menos duas gerações. A primeira composta por Marcellino, Bramante e Bruhns e a segunda, composta por Mascarenhas e Marcassa.

Frente a esse quadro, afirmamos a existência de, pelo menos, duas tendências no campo teórico do lazer, caracterizando-as, dessa forma, em tendência hegemônica e tendência contra-hegemônica.

Por tendências hegemônicas entenderemos serem aquelas que, diante da dominação da classe dirigente, não contrapõem o lazer ao sistema de dominação que confirma a hegemonia dessa determinada formação social, reforçando uma situação de conformismo frente ao atual cenário.

Já por tendências contra-hegemônicas entenderemos serem aquelas que, diante da dominação social, política, econômica e cultural de uma classe sobre a outra, utilizam-se do lazer e de sua inter-relação com as demais esferas sociais como um meio de possibilitar a reflexão e a transformação da realidade, contribuindo assim para a efetivação da crítica ao sistema e para o desenvolvimento de sujeitos ativos no processo de construção de um novo projeto hegemônico.

3.1. Classificação e contextualização das tendências hegemônica e contra-hegemônica: semelhanças, distinções e categorias explicativas na discussão dos conceitos.

Com o objetivo de análise dos principais teóricos que têm referendado as pesquisas no campo do lazer na área acadêmica Educação Física, procuraremos explicitar, a partir da leitura e interpretação das obras dos autores escolhidos, a maneira como definem o seu objeto de estudo, o lazer.

Apresentaremos, assim, primeiro as definições conceituais dos autores. Em seguida, delimitaremos as suas categorias explicativas e a maneira como esses conceitos se desenvolvem na abordagem "teórica" e "prática" que tais autores fazem do lazer. Assim, poderemos classificá-las em tendências hegemônicas ou contra-hegemônicas.

No que se apresenta nos estudos sobre o lazer, podemos identificar que, na interpretação teórica desse fenômeno, vários são os eixos que articulam o debate teórico-conceitual em torno do lazer.

Esses eixos identificados se caracterizam, principalmente, na relação entre *lazer* e *atitude*, na relação entre *lazer* e *tempo livre/tempo de trabalho* e na relação *lazer* e *trabalho*.

Vejamos, então, como esses eixos se apresentam, especificamente, nas obras estudadas. Para isso, apresentaremos, primeiramente, os conceitos dos autores.

Para conceituar lazer, Marcellino leva em conta a cultura vivenciada no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais, combinando os aspectos tempo e atitude. Para ele,

O lazer é entendido, portanto, como a cultura, compreendida no seu sentido mais amplo – vivenciada (praticada ou fruída) no “tempo disponível”. O importante, como traço definidor, é o caráter “desinteressado” dessa vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A “disponibilidade de tempo” significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa. (...) Autocriticando minha posição anterior, não coloco lazer e ócio em campos opostos. Na realidade eles se confundem, e constituem oportunidades para opção pessoal “desinteressada”, essa sim, a característica básica, comprometida de certo modo, na minha concepção anterior, pelo conceito de “produtividade”, que ironicamente, era por mim criticado, como bem supremo da sociedade moderna. (MARCELLINO, 1995, p.31)

Bramante, que vê na proposta de conceituação do lazer um desafio profissional de extrema complexidade, enfoca o lazer a partir das vivências lúdicas e coloca que

O lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializada através de uma experiência pessoal, criativa, de prazer e que não se repete no tempo/espaço, cujo eixo principal é a ludicidade. Ela é enriquecida pelo seu potencial socializador e determinada, predominantemente, por uma grande motivação intrínseca e realizada dentro de um contexto marcado pela percepção de liberdade. É feita por amor, pode transcender a existência e, muitas vezes, chega a aproximar-se de um ato de fé. Sua vivência está relacionada diretamente às oportunidades de acesso aos bens culturais, os quais são determinados, via de regra, por fatores sócio-político-econômico e influenciados por fatores ambientais. (BRAMANTE, 1998, p.9)

Bruhns, baseando-se nas colocações de Marcellino ao desenvolver seu conceito de lazer, afirma que

O conhecimento do lazer, o lazer tomado como objeto de estudo, deve ser focado tomando sua historicidade, a qual está relacionada a processos sociais mais amplos de mudanças relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas e às relações de produção, os quais animam a prática social. (Bruhns, 1991, p.61)

Já Mascarenhas, ao ver no lazer a constituição de um potencial espaço para a autodeterminação dos grupos e pessoas e o avanço a uma consciência cidadã – desde que construída através da liberdade, responsabilidade, participação e organização política – traz uma conceituação de que o lazer

(...) se constitui como um fenômeno tipicamente moderno, resultante das tensões entre capital e trabalho, que se materializa como um tempo e espaço de vivências lúdicas, lugar de organização da cultura, perpassando por relações de hegemonia. Desta forma, dentro de uma perspectiva crítica e de emancipação dos grupos populares, o lazer pode ser entendido também como tempo e espaço para o exercício da cidadania e prática da liberdade. Acreditamos ser possível considerá-lo como força de reorganização da vida social, colaborando para a construção de novas normas, valores de convívio e para o questionamento da ordem vigente. Portanto, pela vivência e reflexão das atividades e conteúdos do lazer, espera-se garantir a apropriação de um saber correspondente às experiências e reais necessidades destes mesmos grupos. (MASCARENHAS, 2000, p.58).

Para Marcassa (2003, p.1), o lazer apresenta-se como

[...] prática social historicamente situada que se funda a partir das relações que estabelece com o trabalho, o tempo, a práxis, o espaço, a cultura e a educação. [...] Estou convencida de que o lazer se configura como uma instituição que envolve um conjunto de práticas cujas normas e características internas lhe conferem um estatuto próprio de funcionamento, atribuindo-lhe qualidades que assumem um caráter indissociável da sua própria experiência e compreensão. Nesta perspectiva, o lazer agrega, num mesmo tempo e espaço, a realização de inúmeras práticas cujas normas e características internas lhe conferem um estatuto próprio de funcionamento, atribuindo-lhe qualidades que assumem um caráter indissociável de sua própria experiência e compreensão. Nessa perspectiva, o lazer agrega, num mesmo tempo e espaço, a realização de inúmeras práticas corporais e lúdicas, diferentes formas de divertimento e descontração consideradas lícitas, mas que têm um caráter espontâneo, porque partem dos desejos, ainda que induzidos, dos indivíduos e grupos, e um arranjo planejado frente à vida cotidiana moderna e racionalizada, abarcando inúmeras experiências de contato e recriação do universo cultural que acontecem em locais determinados e que promovem valores, saberes e significados articulados às possibilidades e condições postas às diferentes classes sociais. Portanto, o lazer só pode ser entendido como um fenômeno social moderno, que cria códigos e funções muito importantes para a sua realidade contextual, constituindo-a e revelando-a, tanto no sentido da manutenção, como da transformação.

Diante da apresentação desses conceitos, poderemos dar seqüência à explicitação das semelhanças e distinções existentes entre os autores.

No eixo *lazer e tempo livre/tempo de trabalho*, podemos perceber algumas diferenças terminológicas entre os autores, como tempo conquistado – Bramante; tempo disponível – Marcellino e Bruhns; e tempo de não-trabalho – Mascarenhas e Marcassa.

Iniciamos por esse eixo por termos identificado que a maioria dos autores partem, para a definição do lazer, da compreensão da categoria tempo.

Para Bramante, o tempo caracterizado pelo lazer é o tempo conquistado pois, para ele, frente à característica da sociedade capitalista contemporânea em que o tempo foi instrumentalizando-se, as atividades

recreativas tenderam a transformarem-se em mercadorias. "Conquistar" um tempo da não obrigação, do não-trabalho, ou seja, da não utilidade, apesar de se impor como um desafio, pode assumir uma nuança extraordinária para a vivência da essência humana. Nas palavras do autor, "[...] 'conquistar' um tempo da não obrigação vem se impondo como um desafio para todos que desejam exercitar a face humana da vida plena" (1998, p.11).

Com essa interpretação da categoria tempo, temos que o autor não dissocia o tempo conquistado do tempo de trabalho, apenas o coloca como tempo conquistado por essa categoria apresentar-se, na sociedade capitalista, como uma mercadoria de luxo. Com isso, frente às pressões crescentes sobre a finalidade e o uso do tempo, adquirir um tempo para o lazer torna-se, efetivamente, uma "difícil" conquista.

Dentre os autores aqui estudados, Bramante é o único que não dissocia a sua compreensão de "tempo de lazer" do tempo de trabalho. Para todos os outros, o lazer só poderá se realizar em um tempo fora do trabalho.

Para Marcellino, por exemplo, o lazer como cultura praticada, fruída, conhecida, deve ser vivenciada em um tempo disponível. Disponível porque representa o tempo residual das obrigações familiares, profissionais, escolares, sociais, ou seja, o lazer é praticado no tempo que resta após o cumprimento das obrigações.

Esse tipo de colocação, assim como a colocação de Bramante, tem gerado bastante polêmica.

Bramante, por focar o lazer a partir das vivências lúdicas e prazerosas, acaba por afirmar que o lazer e o trabalho podem confundir-se a partir do momento que realizamos a atividade com prazer. O autor chega a fazer a seguinte afirmação:

[...] A linha demarcatória entre o lazer e o trabalho torna-se tênue e, muitas vezes, valores atribuídos ao trabalho permeiam a experiência de lazer e vice-versa. É o caso de muitas reuniões entre amigos para um churrasco, na qual a sua organização em termos de horários, providências, atribuições e responsabilidades chegam a aproximar-se dos atributos do trabalho. Da mesma forma, os ambientes de trabalho estão cada vez mais "humanizados" e, na busca de melhor produtividade, elementos do lazer permeiam as atribuições características do trabalho obrigatório. (BRAMANTE, 1998, p.13)

No caso de Marcellino, apesar de considerar a distinção entre o "tempo de lazer" e o "tempo de trabalho", acaba por considerar o trabalho, conforme Mascarenhas (2000), como apenas mais uma dentre as várias obrigações. Utilizando as palavras de Mascarenhas (2000, p.29-30)

[...] Para este autor (*Marcellino*), o trabalho é tão somente uma dentre as várias obrigações – outras seriam as familiares, religiosas, políticas, cívicas, sociais, escolares etc. – presentes em nosso cotidiano. Em oposição a um tempo disponível possuiríamos então um tempo das obrigações, no qual se insere o tempo de trabalho. Até aqui seu pensamento não foge ao quadro já desenhado, mas quando introduz a idéia de um *tempo desocupado* começa a confusão. Ao afirmar que os desempregados – ou excluídos – não possuem um tempo disponível e sim um tempo desocupado, o mesmo autor não deixa claro se tem como referência o tempo de trabalho ou o suposto tempo das obrigações. Sugerimos que ambas as saídas sejam conferidas. Cabe perguntar então se com a perda do emprego cessariam também o restante de nossas obrigações. Tomando emprestado seu próprio raciocínio, acredito que, tanto os desempregados como os excluídos, dentre outros afazeres continuam indo à igreja [...] e têm lá os seus problemas familiares, o que nos permitem dizer que possuem um tempo das obrigações. Não há, pois, por este

caminho, a existência de um tempo desocupado. Ora, se o ponto de partida em tal análise não é a ausência de obrigações, inevitavelmente é a falta de trabalho. Vejamos então que tipo de argumentação caberia nesta situação. Se estou desempregado, não trabalho, não tenho, assim, tempo de trabalho, muito menos tempo disponível, meu tempo é desocupado. Nesta hipótese, confunde-se emprego com trabalho, conceitos distintos que guardam lá as suas semelhanças [...]. (*Grifo nosso*)

Como o próprio Mascarenhas indica na citação, esses equívocos apresentados pelos dois autores podem ser entendidos como uma consequência da compreensão que ambos apresentam da categoria trabalho. Na verdade, nenhum desses dois autores apresenta, em suas obras, uma preocupação em discutir a categoria trabalho, apenas fazem menção a ela pela necessidade de se estruturar a categoria tempo.

Para compreendermos melhor, vejamos como os autores trabalham com a categoria trabalho e tempo de trabalho.

É no momento em que faz os primeiros apontamentos sobre a compreensão do fenômeno lazer que Marcellino realiza a primeira menção ao trabalho, não diretamente, mas quando diz que, nesta perspectiva,

(...) O lazer não seria nem mesmo uma concessão, mas uma necessidade do sistema econômico, entendendo-se que, se esse sistema precisa, para seu adequado funcionamento, do tempo de trabalho dos seus componentes, precisa também que esses mesmos componentes tenham tempo para consumir o que é produzido. (MARCELLINO, 2002b, p.13)

Ao falar sobre um tempo de trabalho e da necessidade de um outro tempo que possibilite consumir o que é produzido, Marcellino nos remete a um entendimento do lazer como uma esfera oposta à esfera do trabalho, ou seja, como um contraponto do trabalho, apesar de no livro

Lazer e Educação, de 1987, indicar que as suas considerações sobre o lazer se baseiam não em contraposição, mas em estreita ligação com o trabalho e as demais esferas da obrigação da vida social, nos dando a entender que, para uma apreciação do lazer, é necessário nos remetermos àquela categoria.

A gestação do fenômeno lazer, como esfera própria e concreta, dá-se paradoxalmente, a partir da Revolução Industrial, com os avanços tecnológicos que acentuam a divisão do trabalho e a alienação do homem do seu processo e do seu produto. O lazer é resultado dessa nova situação histórica – o progresso tecnológico, que permitiu maior produtividade com menos tempo de trabalho. (MARCELLINO, 2002b, p.14)

Apesar de falar dos valores imediatistas e utilitaristas da sociedade contemporânea, será somente quando citar a ocorrência histórica do lazer que Marcellino fará sua primeira consideração sobre a categoria trabalho de maneira direta.

Retomemos um pouco o cenário a fim de que compreendamos melhor o contexto das idéias. Na necessidade de se mostrar qual o contexto em que o lazer se insere e para poder analisar os riscos e as possibilidades deste, Marcellino procura demonstrar quão desumana tem se mostrado a vida ou a sobrevivência nesta sociedade e relaciona, dessa forma, este cenário a alguns posicionamentos sobre o lazer. Nota-se que a preocupação está toda voltada para a caracterização do lazer.

Embora afirme que essa caracterização se dá conforme os determinantes do sistema social vigente, não demonstra o interesse ou a necessidade de se discutir como se dão as relações de trabalho e, por

conseqüência, as demais relações sociais. É neste sentido que afirmamos que Marcellino, assim como Bramante, somente fazem menção ao trabalho pela necessidade de se estruturar a categoria tempo e, ainda assim, o fazem de maneira limitada.

Ao citar a forma de gestação do fenômeno lazer, Marcellino (2002b) se remete ao trabalho a partir da Revolução Industrial, da divisão do trabalho e alienação do homem do seu processo e produto e das reivindicações pela distribuição do tempo liberado do trabalho. Ou seja, o autor buscou demonstrar que a maior produtividade com um menor tempo de trabalho gerou as condições históricas para o surgimento do fenômeno lazer, e que o tempo fora do trabalho veio tendo, desde essa época, um aumento gradativo. Porém, não faz mediação direta a essa forma de trabalho, gerada principalmente na Revolução Industrial, com a “massificação da sociedade de consumo” como ele mesmo coloca.

Percebe-se, dessa forma, que a unidade entre o lazer e o trabalho se dá através da divisão dos tempos sociais possibilitados pelas novas formas de trabalho. Se não houvesse a necessidade de se considerar a questão do tempo, muito provavelmente a categoria trabalho não seria sequer citada. Isso se torna claro nesta passagem do autor:

Temos assim dois estágios (...), representativos de estilo de vida diferentes: 1.º) Na sociedade tradicional marcadamente rural, e mesmo nos setores urbanos pré-industriais, não havia uma separação entre as várias esferas da vida do homem. Os locais de trabalho ficavam próximos, quando não se confundiam com a própria moradia, e a produção era ligada basicamente ao núcleo familiar, obedecendo ao ciclo natural do tempo. O trabalho, freqüentemente interrompido para conversas, acompanhava o ritmo do homem, e não raro era executado ao som de cantos. (...) O binômio trabalho/lazer não era caracterizado e as ações

desenrolavam como na representação de uma peça teatral, com os "atores" atuando de forma integrada e linear, dominando toda a história de seus personagens; 2.º) Na sociedade moderna, marcadamente urbana, a industrialização acentuou a divisão social do trabalho que se torna cada vez mais especializado e fragmentado, obedecendo ao ritmo da máquina e a um tempo mecânico, afastando os indivíduos da convivência nos grupos primários e despersonalizando as relações. (...) Caracteriza-se o binômio trabalho/lazer e as ações se desenvolvem como na gravação de um filme, onde os "atores" participam de cenas estanques, sem conhecer a história de seus personagens (MARCELLINO, 2002b, p.20).

Com essa caracterização, Marcellino demonstra como se deu a incorporação da palavra lazer ao nível comum e complementa com a observação de que o sentido vai variar de acordo com a situação sócio-econômica, a faixa etária e o sexo. Podemos dizer, portanto, que em função da falta de uma consideração mais sistematizada sobre a forma de organização social, as contradições sócio-culturais são colocadas sem que se remeta às causas dessas contradições e, assim sendo, a contraposição entre lazer e trabalho continuará ocorrendo.

Essa idéia de que o trabalho é considerado somente quando se menciona a categoria tempo na classificação/compreensão do lazer é melhor percebida quando Marcellino, ao falar da dificuldade em entender o lazer, o distingue em três grandes linhas: a que se fundamenta na variável atitude, a que se fundamenta na variável tempo e a que considera as duas variáveis, sendo esta a tendência dominante. Notem que aqui não foi mencionado o trabalho, a não ser quando da especificação de cada variável, com o seguinte entendimento: quando falado sobre a variável ATITUDE, que vai caracterizar o lazer em decorrência da ligação estabelecida entre o sujeito e a experiência vivida,

relacionados, fundamentalmente, à satisfação provocada, diz-se: "(...) Neste sentido, até mesmo trabalho poderia ser lazer, desde que fosse gratificante e escolhido de acordo com a vontade do trabalhador"; quando falado sobre a variável TEMPO, mais uma vez o trabalho é citado de maneira simplista, pois ele serve simplesmente para diferenciar o tempo de lazer do de trabalho, tendo em vista que, para os que supõem esta variável, o tempo de lazer se situa como um "[...] "tempo liberado" do trabalho ou como "tempo livre", não só do trabalho, mas de outras obrigações: familiares, sociais, políticas e religiosas, enfatizando a qualidade das ocupações desenvolvidas"; a que considera as duas variáveis não difere dessas definições, apenas complementa uma com a outra.

Bramante sequer apresenta uma mínima discussão sobre a categoria trabalho, apenas cita a instrumentalização do tempo, o que nos possibilita uma compreensão de que está se referindo às novas configurações sofridas pelo tempo a partir da Revolução Industrial.

Bruhns baseia-se em uma compreensão que considera o lazer como um fenômeno surgido com o processo de industrialização e, nessa perspectiva, por situar-se na ótica do crescimento econômico, posiciona-se como consumo de unidades de tempo. Sendo assim, o lazer aparece para dar utilidades ao tempo disponível ou à exploração econômica do mesmo. Seguindo a linha de raciocínio, o lazer aparece como um tempo para atividades, que deverão possibilitar um certo desenvolvimento

cultural da população, sendo estimulador da participação, em termos de conteúdo, atitudes e valores que desenvolve e propicia.

Seguindo uma mesma linha de raciocínio de Marcellino, Bruhns considera que o tempo livre constitui-se num tempo disponível, que resta após o trabalho, e que nunca deixaria de ser condicionado por fatores sociais, políticos e econômicos. Mas, apesar de falar em tempo disponível, utiliza, em alguns momentos, a nomenclatura tempo de lazer. O que não fica claro é se esse "tempo de lazer" tem o mesmo significado que o "tempo disponível" ou se é um tempo dentro deste último.

Numa perspectiva diferente desses autores aparecem Mascarenhas e Marcassa. Estes dois autores indicam, de início, que o lazer se configura a partir da relação que estabelece com o trabalho, e somente a partir da definição desta categoria é que apresentam a definição da categoria tempo e a definição de lazer.

Nessa perspectiva, Marcassa apresenta uma definição de trabalho entendendo-o como princípio ontológico e colocando-o como central para a compreensão de qualquer fenômeno social, pois acredita que é pelo trabalho que os homens relacionam-se entre si e com a natureza, criando as condições de produção e reprodução de sua própria existência. Em suas palavras:

[...] o trabalho figura como categoria central no universo da práxis humana, pois é dele que se originam todos os outros processos de interação entre os homens, dentre os quais também o lazer.
(MARCASSA, 2003, p. 2)

No entanto, a autora ressalta que, para uma devida interpretação do fenômeno lazer, o trabalho deve ser fundamentalmente considerado na forma que esta categoria se apresenta no modo de produção capitalista,

[...] pois as conexões existentes entre lazer e trabalho sob a égide do capitalismo exigem de nós uma atenção especial quanto às implicações do fenômeno da alienação sobre a experiência do lazer, assim como aos desdobramentos da separação e definição dos tempos ocupados por cada uma dessas manifestações - trabalho e lazer - sobre a organização da vida cotidiana. (MARCASSA, 2003, p. 2)

Dessa forma, segundo a autora, pelo lazer não se confundir, com o trabalho, a demarcação temporal recebida é a do tempo livre, por ela chamado de tempo de não-trabalho. Apesar disso, para a autora, o lazer não compreende todo o tempo de não-trabalho, pois neste tempo de não-trabalho,

[...] estão contidas atividades como os cuidados pessoais, as obrigações familiares, a escola, a igreja, o partido político e outras que, de longe, chegam a se confundir com o lazer. Diria, então, que o "tempo do lazer" se estabelece na fusão entre a instituição social de um tempo livre e o planejamento pessoal em relação a este mesmo tempo, frente às possibilidades/opções ofertadas pelas experiências pessoais e/ou atividades de consumo e fruição da cultura e de suas produções [...]. (MARCASSA, 2003, p. 3)

Seguindo nessa mesma tendência, Mascarenhas identifica uma necessidade latente de apresentação de novos elementos na compreensão da relação existente entre o tempo de trabalho e o tempo livre. Só assim o autor acredita na possibilidade de haver um salto qualitativo nas apropriações de lazer pela Educação Física.

Dessa forma, Mascarenhas apresenta uma noção de trabalho interpretando esta categoria a partir do contexto da sociedade contemporânea e identificando que, em função das transformações sofridas, o mundo do trabalho compreende novas relações.

[...] Hoje, com o crescimento contingencial do desemprego e/ou trabalho precarizado, a redução da jornada e o direito ao trabalho voltam ao cenário como principal bandeira social e o aumento do tempo livre infelizmente tem significado, cada vez mais, perdas e achatamento salarial. O conflito sobre o uso do tempo, quantitativa e qualitativamente falando, materializa-se, portanto, como uma das grandes tensões geradas pela sociedade do capital. (MASCARENHAS, 2000, p.23)

Antes de finalizar suas considerações sobre a situação do trabalho na sociedade contemporânea, o autor define trabalho como sendo o meio pelo qual o sujeito, transformando o mundo, transforma-se e "hominiza-se", apresentando-se, dessa forma, como os próprios construtores das condições em que vivem. Através do trabalho, produzem cultura e fazem história.

[...] Desta maneira, o processo de trabalho é tido como "condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana" [...]. (MASCARENHAS, 2000, p.25)

Inspirando-se nas reflexões marxistas e marxianas sobre o trabalho, o autor também dá a este, assim como Marcassa, um lugar de destaque na história da existência humana, sendo prática fundamental na garantia e manutenção da vida.

Em função do referencial adotado, o autor sublinha uma interessante e importante afirmação de que o trabalho não perdeu a sua centralidade no universo da práxis humana.

Estas afirmações dão subsídios para as reflexões acerca do lazer que o compreendem a partir da suposição de uma "sociedade do lazer", ou às reflexões que concebem o lazer como prática que se opõe à esfera do mundo do trabalho.

Apesar de identificar a importância da categoria trabalho para a reprodução da vida, indica com clareza as formas que o capitalismo confere a este, concebendo-o de forma alienada.

Assim, o autor dá, a partir dessa reflexão, a sua noção de tempo de trabalho:

Como se vê, portanto ambigüidade e ambivalência, o trabalho tanto pode humanizar como desumanizar. No entanto, independente da forma que pode assumir, toda atividade de trabalho, dentre outras características, sempre ocorre em um determinado tempo. Desta maneira, todo tempo reservado à atividade humana destinada à criação, conservação, circulação ou troca dos bens considerados necessários por uma sociedade, pode ser chamado por tempo de trabalho. (MASCARENHAS, 2000, p.26)

Porém, frente às confusões presentes nos estudos da área quando se referem ao tempo em suas diferentes dimensões, atribuindo a este adjetivos como tempo produtivo, tempo residual, tempo das obrigações, tempo disponível, tempo conquistado etc. e, após estabelecer algumas reflexões sobre as denominações desses tempos nos principais autores da área, Mascarenhas sugere uma substituição na definição de tempo de trabalho por *tempo das necessidades*, apesar de achar ainda precipitado

substituir o termo tempo de trabalho que, apesar de se mostrar frágil, ainda é a definição mais útil quando tomamos a compreensão da sociedade em sua globalidade. E explica esta sugestão da seguinte forma:

[...] Inexistindo a justa distribuição das riquezas/produto do trabalho socialmente combinado e, infelizmente, não havendo para muitos a possibilidade de trabalho, o que resta fazer é ter com outros nas ruas, esquinas e lixões para, de mãos vazias ou de arma na mão, continuarem vivos. Em resumo, esta nova idéia de um tempo das necessidades a que nos referimos compreenderia todo o tempo dedicado a qualquer atividade – e a principal delas ainda é o trabalho – que se concretize na vida do indivíduo procurando responder ao conjunto de suas necessidades físicas e materiais. (MASCARENHAS, 2000, P.33)

Percebemos nestas colocações que, para o autor chegar a esta definição de tempo das necessidades, foi preciso realizar não só uma reflexão crítica acerca do trabalho e deste na sociedade capitalista como também uma análise de cunho crítico sobre as produções do campo. Com essa noção, o autor consegue amenizar as confusões sobre a definição do lazer que partem da compreensão da categoria tempo, que acreditamos serem sua maioria.

Frente a estas colocações sobre o tempo de trabalho, cabe agora ao autor definir o tempo livre. Se não concorda com as denominações até hoje empregadas, de que forma credita, então, que o tempo livre deva ser tratado? E na discussão dessa categoria, lança uma polêmica. É comum nos debates da área a idéia de que não existe, na verdade, um tempo livre, pois nenhum tempo está verdadeiramente livre das normas de conduta e valores de uma determinada sociedade, o que é verdadeiro. Porém, o autor não concorda que a incidência de normas ou qualquer

forma de persuasão faça deste um “tempo não-livre”. Mas não vamos interpretá-lo mal. Com base numa perspectiva gramsciana, o autor afirma que em qualquer sociedade, por mais livre que seja, as normas e as persuasões continuarão a existir, o que também é verdade. Porém, a maneira como se apropria desta perspectiva permite uma reflexão mais rica em argumentos. Vejamos:

[...] A liberdade não pode, desta maneira, ser considerada como “um princípio metafísico, mas um modo de comportamento do indivíduo através de responsabilidades, de tal forma que o conceito de liberdade não pode ser separado do de responsabilidade. O indivíduo livre não é aquele que age espontaneamente – isto é, arbitrariamente – mas aquele que age de maneira responsável, isto é, de acordo com uma direção consciente” [...]. Sob os auspícios do capital, a verdadeira liberdade no tempo não residiria, portanto, no fazer “o que se quer”, mas na possibilidade de um exercício crítico e comprometidamente superador de nosso modo de sentir, pensar e agir, que não ocorre somente no plano individual, mas se dá dialeticamente articulado ao conjunto das outras relações que se estabelecem em uma determinada organização social. (MASCARENHAS, 2000, p.34)

Essa compreensão permite ao autor afirmar que a conquista do tempo livre não pode ser entendida como conquista da liberdade, mas como forma de acessá-la, e este talvez seja o ponto que mais diferencie este autor dos demais. Por isso, acredita na possibilidade do “*Lazer como Prática da Liberdade*”.

O nível de criticidade apresentado por Mascarenhas diante da interpretação do fenômeno lazer pode ser mais bem percebido se comparamos sua noção de liberdade com a de Bramante.

A compreensão do que seja lazer para Bramante está muito ligada à individualidade, às experiências pessoais, numa relação dos indivíduos

com o ambiente. E é nessa relação que o autor coloca o potencial socializador do lazer. Somente pelo fato de ser uma experiência pessoal é que o lazer possibilita a reunião de pessoas numa esfera de compartilhamento de desejos e necessidades semelhantes. E, apesar de indicar o envolvimento de pessoas nas experiências de lazer, percebe-se que o movimento vai sempre do indivíduo para o coletivo.

Diferente do que aponta Mascarenhas, essas colocações não nos permitem visualizar uma resistência coletiva. Se o lazer é uma experiência pessoal, que deve ser realizada por amor e que não se repete no tempo/espço, como aponta Bramante, parece ser difícil, através dele, elevar a consciência coletiva à constatação da necessidade de transformação da realidade.

Vinculamos a essas idéias a sua percepção de liberdade. Para Bramante, a percepção da liberdade é possibilitada justamente pelo fato de os indivíduos viverem as experiências de lazer através de uma motivação intrínseca, em princípio desinteressada, voltada apenas para a satisfação interna. Nas palavras do autor:

Os dois eixos essenciais para a compreensão da riqueza do lazer, motivação e liberdade, podem ser visualizados em um continuum (sic), onde a motivação transita entre a intrínseca e a extrínseca e, o grau de percepção da liberdade, entre o controle pessoal e de outro(s). Quanto mais "gratuita", sem finalidades rigidamente estabelecidas, voltadas para a plena satisfação interna, bem como sob o controle pessoal, maior e melhor a qualidade da experiência de lazer. (BRAMANTE, 1998, p.12)

Como se pode perceber, a liberdade para Bramante manifesta-se na possibilidade individual de realizar atividades voltadas para a satisfação

interna e o controle pessoal. O que para Mascarenhas só é possível de ser vivenciada perante a participação responsável, e consciente, dos indivíduos na sociedade, dialeticamente articulados ao conjunto das demais relações sociais.

Dando seqüência à interpretação dos conceitos, há um fator que precisamos evidenciar. Apesar da polêmica em torno da definição do tempo disponível, não podemos deixar de considerar que Marcellino, assim como Bruhns, discorda de uma visão funcionalista¹⁷ de lazer.

Marcellino, por exemplo, enfatiza que a luta pela democratização qualitativa e quantitativa do lazer não pode estar dissociada da realidade total e deve contribuir não só para a superação das contradições existentes na área específica do lazer, mas também para soluções na vida social como um todo. Para ele, a obtenção do tempo e sua distribuição são um fato político em que está em jogo uma série de forças que visam o controle do tempo dos dominados e seu aproveitamento na produção.

Ao demonstrar as mazelas da organização político-econômica, em que há um privilégio do aspecto econômico sobre o aspecto cultural, Marcellino coloca em dúvida os critérios reducionistas da análise economicista, que vêem a infra-estrutura como determinante sobre a estrutura, não percebendo os componentes ideológicos que contribuem para a sua determinação.

¹⁷ Marcellino (2002b) identifica como lazer funcionalista as abordagens romântica, compensatória e utilitarista de lazer, já tratadas anteriormente neste trabalho.

Nota-se nessas passagens que o caminho visualizado por Marcellino para a transformação social se dá no campo da cultura, colocando como urgente a definição de uma política de democratização cultural.

Essas considerações, entretanto, não procuram obscurecer um fato incontestável: que as oportunidades para o lazer mantêm um caráter de divisão de classes marcante. Pelo contrário, devido a essa situação verificada tanto no plano cultural (...), quanto no plano social (...) é que julgo importante e urgente a definição de uma política de democratização cultural. Uma política que não ignore a influência da infra-estrutura econômica, mas que procure desenvolver sua ação no campo cultural e que não subestime a divisão de classes mas também considere as possíveis influências da ação cultural sobre a estratificação social. Acredito que as atividades de lazer constituem um dos canais possíveis de transformação cultural e moral da sociedade, sendo assim instrumentos de mudança, mas instrumentos que podem ser acionados qualquer que seja a ordem social dominante. (Marcellino, 2002b, p.36)

Ao relacionar essas reflexões com as realizadas sobre a noção de trabalho, percebemos que o trabalho pressuposto nessas colocações de Marcellino é o trabalho alienado, e não o trabalho entendido como fonte de realização humana. Dessa forma, como imaginar a possibilidade de estabelecimento de políticas de lazer efetivas, que aceitem os valores do lazer e seu significado para a realização do projeto humano, como um dos canais possíveis de transformação cultural e moral da sociedade se, tanto o lazer como a cultura, são tratados pelo autor, primeiro, como esferas independentes entre si e, segundo, e talvez de modo mais problemático, como esferas independentes do trabalho. Ou seja, que independem, para o seu desenvolvimento, de uma mudança radical na política econômica mundial.

Há aqui uma inversão de valores, como se o Reino da Liberdade precedesse o Reino das Necessidades. Como oferecer uma resistência ao consumismo, à destruição das peculiaridades regionais sem que nos preocupemos com o fato de que essa cultura é criada a partir também desses determinantes.

Com essas considerações, ligamos a discussão até aqui travada a uma outra categoria usada, com exceção de Bramante, por todos os autores aqui delimitados: a cultura.

Mas, antes de darmos seqüência à discussão sobre a democratização da cultura proposta por Marcellino, precisamos mostrar como este autor relaciona esta categoria à sua compreensão do lazer.

Na leitura de seu conceito de lazer, percebemos uma preocupação em Marcellino em relacioná-lo à cultura. Acreditamos que essa relação se dá na medida que o autor tem como foco de preocupação as atividades desenvolvidas e vivenciadas no tempo disponível dos indivíduos. Sendo assim, essas atividades fariam parte da cultura produzida pela sociedade.

Marcellino coloca em sua definição que a cultura deve ser compreendida em seu sentido mais amplo, como uma vivência, praticada ou fruída, no tempo disponível das obrigações profissionais.

Compreendê-la em seu sentido mais amplo significa para o autor ir além da noção comumente verificada que a restringe às artes, aos espetáculos e à leitura, entendendo-a como um conjunto de modos de fazer, de ser, de interagir e de representar, definindo o modo pelo qual a

vida social se desenvolve. Segundo Marcellino (1998, p.37), essa noção implica

[...] no reconhecimento de que a atividade humana está vinculada à construção de significados que dão sentido à existência. A análise da cultura, dessa forma, não pode ficar restrita ao 'produto' da atividade humana, mas tem que considerar o 'processo dessa produção' [...].

Dessa forma, para o autor, é no plano cultural que os profissionais do lazer devem contribuir para a construção de uma reforma cultural e moral. Essa construção deve ser feita no coletivo, pois não acredita que soluções individuais ou de pequenos grupos possam resolver os problemas existentes intraclasses sociais.

Para Marcellino, a questão do lazer não pode ser enfrentada sem que se coloque em questão a dimensão sócio-cultural na sua totalidade. Como mostra a passagem abaixo:

É nesse cenário – em que predomina a poluição nas suas variadas formas; onde cotidianamente o homem usa máscaras cada vez mais pesadas, que escondem seu rosto para caracterizar personagens sobre os quais não tem controle; palco de representações que buscam o sucesso, mas na esmagadora maioria só conseguem o anonimato – que procurarei analisar os riscos e as possibilidades do lazer; seu significado em termos de mudança ou de manutenção da ordem social; como fenômeno revolucionário, detonador de mudanças nos valores e nas atitudes, ou simples elemento de superação dos conflitos, procurando favorecer o ajustamento das pessoas ao sistema social vigente. (MARCELLINO, 2002b, p.12)

Analisando o lazer dentro destes princípios, o autor acredita poder considerá-lo como uma

[...] atividade não conformista, mas crítica e criativa de sujeitos historicamente situados. Entendo, ainda, participação cultural como uma das bases para a renovação democrática e humanista da cultura e da sociedade, tendo em vista, não só a instauração de uma nova ordem social, mas de uma nova cultura. Isso não significa o isolamento do plano cultural do social, mas tão somente, que não cabe justificar o imobilismo pela existência de uma ordem social adversa. O lazer é visto como fruto da sociedade urbano-industrial e, dialeticamente, incide sobre ela, como gerador de novos valores que a contestam. (MARCELLINO, 1992, p.314)

Aproveitando a colocação feita no final da citação, gostaríamos de apontar uma situação, ao nosso ver, problemática. Ao propor mudanças no plano cultural, de tal forma que seja possível minimizar, através de uma verdadeira participação cultural, os riscos de atividades destrutivas ou passivas existentes no lazer, o autor enfatiza a necessidade de uma democratização cultural, com base em uma revolução cultural do lazer, sem enfatizar, com a atenção requerida, que a democratização cultural não ameniza nenhuma situação sem que esta esteja atrelada a uma real democratização social, sendo entendida não somente em seu aspecto cultural, mas também em sua dimensão política e econômica.

Portanto, uma revolução cultural do lazer deve estar articulada a uma revolução cultural da sociedade como um todo. O plano cultural pode permitir a contestação, o questionamento dos valores existentes, mas não necessariamente a efetiva transformação, a mudança.

O autor trata superficialmente dessa necessidade da democratização cultural com a necessidade de uma democratização também econômica e política. Por isso a consideramos problemática, pois dá a impressão de ser possível existir em apenas algumas esferas da sociedade vivências efetivamente dotadas de sentido numa realidade ainda desigual, ainda

destrutiva da preservação do "humano no homem", para utilizar as palavras do autor.

A seguir, um exemplo de como o autor entende a revolução cultural do lazer:

Dessa forma, considero a Revolução Cultural do Lazer uma utopia. E por isso seus valores em termos de esperança. Não tem, assim, a utopia o sentido de projeto irrealizável ou fantasia, mas a idéia do devir humano, ou seja, a projeção das possibilidades de transformação e melhoria, embasada em dados reais. E no caso dessa Revolução, a utopia é a recuperação do humano no homem, considerado como ser histórico e natural, baseada em dados de situação que colocam os valores do lazer com crescente influência no modo de vida, sobretudo das sociedades modernas (urbano-industriais), ainda que possam ser discutidas [...] as causas e conseqüências desse fato e mesmo a sua extensão. [...] a Revolução Cultural é alimentada por valores vivenciados a partir de um fato histórico – o lazer –, fruto da sociedade urbano-industrial e que, dialeticamente, incide sobre ela, como elemento gerador de novos valores que entram em conflito com os tradicionais. (MARCELLINO, 2002b, p.16)

Bruhns também tece considerações a esse respeito e afirma que uma compreensão crítica do lazer resulta em apontá-lo como espaço de participação cultural, numa ação não conformista, mas crítica e criativa, considerando os sujeitos historicamente situados. Vemos presente nesta colocação a interferência direta da abordagem de lazer desenvolvida por Marcellino. Sendo assim, Bruhns entende o lazer também como *cultura vivenciada no tempo disponível*.

A compreensão de cultura apresentada por Bruhns é definida como "[...] uma teia de relações significativas em que vivem os grupos humanos [...]" (1991, p.64). É entendida, então, como ciência interpretativa em busca de significados.

[...] esse universo simbólico é indissociável de qualquer prática social, constituindo-se em instrumento para sua decifração. Igualmente, encerra uma dinâmica, um processo permanente de reorganização das representações de ação, condição e produto desta. (BRUHNS, 1991, p.65)

Sob esta ótica, ao entender o lazer como expressão da cultura, a autora diz haver a possibilidade e a necessidade dele se constituir como um elemento de conformismo ou de resistência à ordem social estabelecida (1997, p.33).

A preocupação de o lazer constituir-se como um elemento de conformismo ou resistência vem do fato de, na atualidade, o lazer ser representativo do grau de desigualdade existente entre as classes em nossa sociedade. Isso porque nem todo tempo livre pode ser representativo de tempo de lazer. Seguindo o raciocínio de Bruhns, se vivemos em uma sociedade desigual, marcada por processos de exclusão, como o desemprego, por exemplo, não somos todos verdadeiramente iguais, nem mesmo no lazer. As diferentes condições de vida da população denotam também diferenças de acessos e possibilidades de lazer.

O espaço de lazer na dinâmica da sociedade moderna é o espaço urbano, como vimos. Uma série de problemas envolvem esse espaço: expulsão das camadas menos favorecidas dos centros concentradores das áreas de lazer, como também dos benefícios para áreas periféricas; a questão do transporte dificultando acessos; o isolamento do homem numa sociedade não estimuladora do convívio; a iniciativa privada colocando-se à frente dos investimentos destinados ao lazer, muitas vezes transformando-o numa mercadoria a mais. (BRUHNS, 1997, p.37)

Sendo assim, pelo lazer se constituir num ambiente de privações, ele deveria priorizar em seus espaços práticas que desencadeassem em atividades direcionadas para uma organização ou ação social que estivesse voltada para o coletivo, mas sem perder de vista o individual.

Temos, então, como proposta da autora, que umas das atividades que melhor possibilitariam este tipo de relação seriam as atividades lúdicas. Estas atividades permitiriam aos homens encontrarem um sentido em suas realizações, criando uma nova ordem a partir da imaginação e da liberdade. Para Bruhns (1992, p.274),

A atividade lúdica constituem-se (sic) numa subversão dos valores da sociedade, transcendendo as regras da realidade. Não se constitui somente em diversão e entretenimento, ou para matar o tempo e escapar do tédio, numa diversão estéril que não pode parir nada. É um ato de rompimento. "A possibilidade impossível de um mundo aberto à liberdade e alegria".

Ao nosso ver, apesar de apresentar interessantes considerações sobre cultura e sua relação com o lazer, a maneira como tece suas considerações sobre o lúdico é que se mostra problemática. Mesmo tendo feito considerações que afirmam que a atividade lúdica deve ser vivenciada a partir da cultura à qual pertence, e que, por isso, não visa a simples participação mas a formação do conhecimento do povo sobre si mesmo (Bruhns, 1992), este tipo de colocação nos leva a pensar que o lúdico é capaz de sozinho – atendidos alguns requisitos como, por exemplo, o acima citado – possibilitar à população a tomada de consciência sobre si próprios e suas condições reais de existência. Não acreditamos ser possível ao aspecto lúdico, ou à atividade lúdica,

possibilitar de maneira pura e simples a transcendência. Este tipo de raciocínio conduz a deduções complicadas quanto à capacidade e possibilidade dos atos humanos transformarem a realidade. Vejamos um exemplo do tipo de raciocínio gerado por colocações como estas:

O grupo social tem elementos para conhecer-se. Esse saber é explicado através de suas realizações. Todo grupo humano deixa transparecer em suas manifestações culturais, características identificadoras particulares e concretas relacionadas com sua participação na produção da sociedade, cimentando e unificando as relações e os interesses entre os diversos segmentos, através de sua organização, como de sua ideologização, de seus valores e de sua prática social. (BRUHNS, 1992, p.274)

E continua, ao versar sobre os espaços em que o lúdico resultaria nessas ações de conscientização e transformação.

Nesse espaço é visualizada a possibilidade do lúdico, pois ainda não conseguiu ser totalmente banido pelo estabelecimento das contradições do sistema capitalista, onde as esferas da vida são regidas pelas relações entre capital e trabalho, inclusive o tempo disponível das pessoas. Pode-se afirmar que nesse espaço, o lúdico não perdeu sua capacidade volitiva total ou de autodeterminação. É onde subsistem as formas populares rudimentares de organização: Clubes de mães, grupo de jogadores de cartas, futebol de várzea, forrós de fins de semana, associações de bairros etc. (BRUHNS, 1992, p.275)

Padilha realizou em *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito* (2000) uma crítica à maneira como autores como Bruhns e Marcellino dão o tratamento às manifestações lúdicas quanto às suas possibilidades de gerar novos valores.

Referindo-se mais especificamente a Marcellino, a autora nos coloca:

O caráter de divertimento implícito no lazer é inegável, mas não é este o problema maior quando se pensa em emancipação; é preciso ir mais longe na reflexão do contexto social, político e econômico, mesmo porque, denunciar a realidade não implica comprometimento com mudança. O componente lúdico do lazer não é revolucionário por si só, ele apenas favorece o relaxamento, a recuperação de energias, a recreação e o esquecimento momentâneo de problemas pessoais ou sociais. Por que é tão comum lembrarmos da expressão 'pão e circo' quando queremos fazer alusão aos mecanismos utilizados pelos governantes para desviar a atenção das pessoas em relação aos problemas sociais e econômicos?

Neste sentido, as atividades lúdicas podem ser consideradas relativamente distantes dos critérios de produtividade e de utilidade social, mas elas não podem ser consideradas como atividades 'naturalmente' enriquecedoras e estimuladoras da consciência. É preciso levar em consideração a heterogeneidade do nível de participação dos indivíduos nas atividades de lazer, advinda principalmente da diferença de classes. (PADILHA, 2000, p.61)

Uma interpretação interessante sobre a categoria cultura e a relação que estabelece com o lazer é a realizada por Marcassa. Para a autora,

[...] toda experiência de lazer se constitui no e pelo universo da produção simbólica da sociedade. Ou ainda, porque as próprias atividades de lazer correspondem ao contato e apreensão da produção cultural da humanidade, isso desde os jogos e festas populares, até os espetáculos de dança, o cinema, as artes plásticas e os entretenimentos proporcionados pelo incremento de avanços tecnológicos aos desejos e necessidades humanas [...]. (MARCASSA, 2003, p. 4)

Mas, para Marcassa (2003), a noção de cultura deve permear o entendimento do lazer, principalmente porque, para ela,

[...] a cultura compreende os modos de ser, agir, pensar e sentir, as crenças e os valores, os sentidos e os significados atribuídos às coisas e às relações humanas no interior de uma dada sociedade, e estes modos, práticas e relações estão presentes e interferem nas escolhas e comportamentos frente ao lazer. (MARCASSA, 2003, p. 4)

O lazer não representa toda a cultura, mas é uma esfera da vida cotidiana por onde a cultura penetra e se organiza. A autora identifica a existência de uma cultura dominante e uma cultura dos dominados, e justifica essa dupla existência por ocasião do modo de organização de nossa sociedade, que faz com que a cultura se configure, nas palavras dela, como mescla de conformismo e resistência. Classifica, assim, a cultura dominante como ideológica, por seu objetivo de determinar comportamentos, práticas, valores, formas de pensamento e comunicação que permitam aos dominantes se reconhecerem como agentes do processo cultural. No lazer da cultura dominante são consumidos produtos culturais, como uma manifestação do lazer como um produto da indústria cultural.

Quanto à cultura dos dominados, ela a classifica como dinâmica, dialética e contraditória, a classifica como a própria cultura popular. Ou seja,

[...] uma manifestação diferenciada que se realiza numa sociedade que é a mesma para todos, mas dotada de sentidos e finalidades diferentes para cada uma das classes sociais [...] Sua existência está condicionada e é passível de ser orientada e incorporada de acordo com os interesses político-educacionais dos indivíduos e dos grupos que a vivenciam, no sentido mais amplo do termo. (MARCASSA, 2003, p. 5)

A partir dessa compreensão de cultura ela entende que o lazer deva ser tratado

[...] como um tempo/espço de organizaço da cultura (Gramsci, 1995a), isto é, como agência de produço, apreensõ, propagaço e sistematizaço da cultura universal, cuja tarefa é inserir as pessoas na atividade social, levando-as a desenvolver maturidade e capacidade para a criaço intelectual e prática, bem como autonomia para a sua direço e iniciativa. (MARCASSA, 2003, p. 5)

É esta inter-relaçõ estabelecida com a cultura que permite ao lazer, na opiniõ da autora, resultar numa nova produço cultural, pois, à medida que promove e difunde os elementos da cultura, contribui para dar direço à práxis humana.

O interessante dessas colocaçoes é que a autora diferencia uma cultura dos dominados de uma cultura dominante. Essa compreensõ dialética e contraditória de cultura possibilita pensá-la como expressõ política dos diferentes grupos que compõem a sociedade, e também como organizaço da práxis humana, codificada pelos valores, pelo lugar do trabalho e do lazer e pela relaço com o outro. Isso acaba por salientar não só a diversidade das relaçoes sociais, mas também a multiplicidade dos significados culturais, como a experiêcia e a liberdade da açõ humana, numa perspectiva dinâmica e historicamente construída pelos sujeitos sociais.

É neste sentido que podemos pensar o desenvolvimento da humanidade como dimensõ da cultura e a cultura como um fator de desenvolvimento social. Dentro desse processo, a contribuiço do lazer se dá na medida em que promove e difunde os elementos da cultura, como pode ser percebido pelas colocaçoes de Marcassa.

Dentro dessa perspectiva do lazer como organização da cultura, podemos pensar agora no eixo *lazer e atitude*. Temos presentes aqui diferentes perspectivas para essa relação.

Começando novamente com Bramante, relembramos que, segundo o autor, o que experimentamos no tempo conquistado para o lazer é a vivência da essência humana que, para ser verdadeira, precisa ser feita por amor, de maneira desinteressada, sem buscar uma recompensa extrínseca. Para o autor, essa experiência é vivida através da ludicidade, por ele representada como eixo principal de qualquer experiência de lazer. Ou seja, experimentar a vivência da essência humana através de uma experiência de lazer significa materializá-la através de uma experiência pessoal, criativa e de prazer, que não se repete no tempo/espço. Isso possibilita ao autor afirmar que, para cada indivíduo, as experiências de lazer se manifestam de maneira distinta, colocando a idéia de que o que pode ser lazer para um, pode não ser para outro.

Percebemos, com isso, que a compreensão do que seja lazer está muito ligada à individualidade, às experiências pessoais. Isso reforça o já dito anteriormente, ou seja, se o que caracteriza o lazer é a atitude do indivíduo perante a atividade realizada, até mesmo o trabalho pode ser entendido como uma vivência de lazer.

A argumentação dos demais autores diferem bastante dessas, apesar de também considerarem o aspecto atitude.

Para Bruhns, por exemplo, o lazer também aparece sempre vinculado ao conceito de atividade. É possível afirmar isso quando

notamos que todas as sugestões de ação no campo do lazer aparecem como propostas na área da recreação. Principalmente, quando estabelece a relação entre a educação física e o lazer, e desta relação Bruhns entende que o lazer está mais focado no campo da educação não-formal. Ou seja, como aquela que produz situações pedagógicas, mas que se encontra envolvida em um ambiente familiar ou comunitário, por exemplo, e não numa relação direta com uma instituição escolar, nem ligadas a técnicas pedagógicas escolares, com seus profissionais etc.

A forma de educação veiculada no lazer parece sempre aproximar-se da não-formal, pelo caráter de elasticidade já presente nesse espaço. Porém, isso não significa ausência das outras formas, as quais devem articular-se entre si, de modo a não ocorrer um distanciamento da realidade, e, a partir do vivido, alcançar o nível do refletido. (BRUHNS, 1997, p.43)

Ainda sobre a relação lazer/educação, com base na citação acima, a autora coloca que há uma vinculação bastante estreita entre educação e cultura. Sendo assim, pelo lazer vincular-se mais à educação não-fomal e por ter relação direta com a cultura, o profissional de lazer não aparece como um educador, mas como um agente cultural.

Ainda nesta discussão, podemos então afirmar que a autora coloca a recreação como uma atividade de lazer. Em muitos momentos, é possível perceber uma certa confusão na utilização desses conceitos que ora tratam o lazer como recreação, ora tratam a recreação como lazer.

Às vezes, ocorre uma certa confusão de termos e objetivos, sendo o jogo visualizado como recreação. Porém, dependendo do contexto em que está ocorrendo (por exemplo, na disciplina educação física ou outra, como no final de um treino de um time qualquer), ele não pode ser considerado uma atividade de lazer, pois está fazendo parte de um conteúdo programático, numa relação com a instituição onde está sendo desenvolvido, tendo o caráter de obrigatoriedade, apesar de ser uma atividade lúdica (BRUHNS, 1997, p.39).

Percebemos nessa citação não somente uma confusão entre o que é lazer e o que é recreação como também entre estes e a atividade lúdica. Toda atividade lúdica é recreação? Toda recreação é lazer?

Voltando à questão do lazer aparecer sempre vinculado ao conceito de atividade, quando Bruhns versa sobre conteúdos como o jogo, a dança, o esporte e a ginástica e sua relação com a cultura de determinado grupo social, o lazer aparece, em vários momentos, como uma atividade democrática. Vejamos alguns exemplos:

O futebol pode ser visualizado, dessa maneira, como um espaço sobre o qual se articulam os elementos que viabilizam a reconstrução da identidade para grupos que vivem a cidadania em condições desiguais. (BRUHNS, 1997, p.48)

Ou ainda,

Numa reportagem intitulada "Alegria na várzea", realizada na cidade de São Paulo, podemos observar igualmente o comentado. O time em questão é o Clube Atlético Paulistano, do Jardim Coimbra, fundado em 1961 por um grupo de cidadãos da classe média e moradores humildes da periferia de São Paulo. Funciona como ponto de encontro, centro de lazer e clube de esportes em sede própria. O time é formado desde por adolescentes, que mal têm pêlos de barbas no rosto, até senhores barrigudos que mal agüentam chegar até o final do jogo (BRUHNS, 1997, p.47).

Em texto que fala sobre as propostas de lazer para a população carente, Bruhns discute sobre que parâmetros deve estar sedimentada uma política de lazer que, em sua opinião, são espaço, tempo e agente cultural.

Quanto ao tempo, além da definição já apresentada, a autora vincula ainda o lazer, e especificamente a política de lazer, ao tempo disponível da classe trabalhadora. O que há a acrescentar é que ela o coloca como um fato político, pois a obtenção e a distribuição do tempo se dão num ambiente de disputa de forças e interesses que direcionam as necessidades de hora, transporte, obrigações familiares etc.

Quanto ao espaço, ela faz menção aos equipamentos de lazer como parques, ginásios etc. e define, com relação aos espaços e equipamentos de lazer, a existência de um lazer cotidiano, que é aquele que pode ser exercido independente da hora ser ou não de lazer, como bares e cafés, por exemplo, e também a existência de um lazer intencional, que é aquele em que são utilizados os equipamentos de lazer como praças, cinemas, parques etc. O espaço representa então, para a autora, não somente os limites tridimensionais, mas toda relação do sujeito com o espaço de forma a tornar válida e plena de sentido a atividade exercida (Bruhns, 1990).

Quanto aos agentes culturais de lazer, a autora acredita que a sua presença não garante o vínculo mínimo da população aos equipamentos de lazer. Para Bruhns, é necessário que esses agentes compartilhem das atividades relacionadas com o modo de vida das pessoas, pois assim não

irão impor modelos de atividades que não dizem respeito à cultura pertencente às classes carentes.

Marcellino também vincula sua explicação de lazer ao conceito de atitude ao afirmar que o lazer se caracteriza como opção desinteressada e pessoal por determinada atividade, desde que vinculado ao tempo disponível dos indivíduos.

Nesse contexto, além da necessidade de um tempo disponível das obrigações profissionais, familiares, educacionais, religiosas etc., o lazer só se caracterizaria perante uma opção por atividade prática ou contemplativa, desinteressada de qualquer recompensa que não seja a satisfação provocada por essa opção.

Apesar de apresentar esse tipo de colocação, para o autor, uma abordagem satisfatória desse fenômeno não deve se limitar ao conteúdo e aos valores associados ao lazer, pois dessa forma, o lazer seria analisado apenas pelas suas possibilidades de diversão e descanso, deixando de lado a questão do desenvolvimento pessoal e social, ou desenvolvimento cultural – como colocado por Marcellino (2002b) – permitidos por essa atividade.

Embora reconhecendo a especificidade do lazer, tenho optado em meus estudos e na minha atuação, por seu entendimento não "em si mesmo", ou de forma isolada, nessa ou naquela atividade (o que chamaria de "especificidade abstrata"), mas como um componente da cultura historicamente situada (o que considero "especificidade concreta"). (MARCELLINO, 1992, p. 314)

Para o autor, a consideração da "especificidade concreta" do lazer, ou seja, aquela que entende o lazer em sua manifestação dentro da

sociedade, levando em conta todas as determinações existentes, permite pensá-lo como um exercício de cidadania, a partir de uma verdadeira participação cultural.

Ao entender que a mediação entre o lazer, o tempo e a atitude faz parte da cultura produzida pela sociedade, Marcellino também estabelece uma relação com a educação, como faz Bruhns.

Marcellino vê a educação como um processo de transmissão cultural, entendendo-a, dessa forma, não somente como um processo educativo sistemático, efetuado dentro da escola, mas também como um processo assistemático, que engloba toda relação pedagógica realizada dentro e fora da escola.

Para ele, também a educação deve ser compreendida em seu sentido amplo, para o que se fundamenta na definição de Gramsci, afirmando que toda a relação do indivíduo com a sociedade e com os outros indivíduos é uma relação pedagógica e hegemônica e, por isso, cultural.

O autor coloca que as relações lazer/cultura e lazer/processo educativo são estreitas. Se o plano cultural, após sua definição, representa o todo mais amplo, lazer e educação fazem, então, parte dele, o que torna impossível ignorar as relações existentes entre lazer, cultura e processo educativo. Dessa forma, Marcellino entende que essas duas esferas – o lazer e a educação – devem ser compreendidas sempre de maneira integrada, seja na especificidade das atividades de lazer, seja nas políticas setoriais.

O lazer se coloca, então, portador de um duplo processo educativo, sendo considerado veículo e objeto de educação¹⁸.

Ao tratar da variável atitude, Marcassa prefere utilizar-se da noção de práxis. Ela utiliza essa categoria para realizar a compreensão do lazer como prática social consciente, argumentando que a vivência do lazer compreende não só um tempo, mas também determinadas atividades relacionadas à cultura produzida e aos espaços em que essas vivências se dão. Para a autora, a práxis do lazer,

[...] ocorre num tempo e espaço específicos e respondem a finalidades mais ou menos homogêneas, mas são capazes de produzir sentidos e significados para cada um dos sujeitos ou grupos mediadores. (MARCASSA, 2003, p. 3)

Dessa forma, ela encaminha a discussão para outra categoria, o espaço. Para Marcassa, para que as experiências de lazer se realizem, é necessário haver um espaço e equipamentos admitidos e aprovados por seus usuários, para sua experiência. Segundo a autora,

[...] Pode-se dizer, inclusive, que a própria emergência do lazer no Brasil esteja relacionada à elaboração de programas e à construção de equipamentos específicos para sua prática. É o caso dos "Clubes de Menores Operários" e dos "Parques Infantis" em São Paulo, dos "Jardins de Praça" em Porto Alegre e dos inúmeros centros de recreio projetados para a classe trabalhadora por iniciativa do setor público e a partir de 1920 em todo país. (MARCASSA, 2003, p. 3)

¹⁸ Sobre o duplo processo educativo do lazer, consultar Marcellino (2002).

Marcassa complementa com uma classificação dos equipamentos de lazer, utilizando para isso a classificação de Marcellino (1996), de equipamentos específicos e equipamentos não-específicos de lazer.

Os equipamentos específicos dividem-se ainda em micro-equipamentos especializados em lazer, como os bares e cinemas; os equipamentos médios, como os parques e centros comunitários; e os macro-equipamentos, como os campings, shoppings e parques temáticos. Os equipamentos não específicos são as casas, as praças, as ruas etc.

Marcassa indica haver a existência de barreiras que dificultam o acesso e a apropriação desses espaços e equipamentos e acredita ser esse um problema do setor público no planejamento de suas políticas de lazer.

Ao relacionar o tempo, o espaço e os equipamentos de lazer, ela acaba por discutir os conteúdos e os interesses culturais do lazer o que, segundo a autora, parecem suficientes para a explicação do lazer como uma prática social.

O que falta agora, na opinião da autora, é a compreensão do lazer com um fenômeno historicamente situado, sugerindo a utilização das categorias cultura e educação.

Mais uma vez, vemos presente nos estudos da área, uma mediação – na relação lazer e atividade – entre os conceitos de cultura e educação. Mas atentemos agora a maneira como esta autora se posiciona perante essa relação.

Para que o lazer possa resultar na promoção e difusão dos elementos da cultura, como mostrado anteriormente, Marcassa ressalta

ser necessária a interferência de um trabalho pedagógico, conduzindo a discussão para a interpretação da categoria educação e sua relação com o lazer.

Marcassa acredita que toda a atividade de lazer se traduz por uma atividade educativa, valorativa e real, pois através de um processo educacional é possível, na sua opinião, contribuir para a formação de uma determinada consciência coletiva. Então, nos leva à compreensão de que, por ser uma experiência educativa, o lazer, assim como a educação, também contribui para a promoção ou formação humana. Com isso, ela nos questiona: “[...] que tipos de homens estão sendo formados no e pelo lazer? [...]” (MARCASSA, 2003, p.).

É claro que, por se tratar de uma sociedade capitalista, a resposta a esta questão é a de que o lazer tem, historicamente, contribuído para que se predomine ou perpetue, numa direção cultural e ideológica sobre a sociedade, a hegemonia do projeto capitalista de dominação. Em função disso, o lazer tende a, hegemonicamente, aparecer como uma categoria interna desta mesma hegemonia.

Porém, a partir de um referencial gramsciano, Marcassa acredita também no papel da educação numa perspectiva contra-hegemônica, contribuindo para a renovação da hegemonia, articulada com a transformação da sociedade e em favor da emancipação da classe trabalhadora. Fazendo parte de um processo educativo ou sendo considerado uma experiência educativa, o lazer apresenta, para esta autora, duas tendências: hegemônica e contra-hegemônica.

Dessa forma, para Marcassa (2003, p.6), no campo da renovação da hegemonia dominante, o lazer

[...] estaria integrado ao processo de elevação intelectual e moral das massas e cooperando no processo de incorporação de novos grupos e indivíduos à criação da nova ordem social. A noção de hegemonia indica, então, que o lazer é também um fenômeno que oportuniza exercitar a construção da autonomia e da liberdade, para a formação da consciência e para o desenvolvimento das capacidades humanas em si mesmas.

Para articular todas essas categorias, considerando-as na totalidade da compreensão do fenômeno, Marcassa afirma a necessidade de se compreender o lazer na cotidianidade do mundo moderno. Essa necessidade se confirma pelo fato de ser na vida cotidiana que a educação se efetiva como um todo, ou seja, é na vida cotidiana que se inter-relacionam os conhecimentos adquiridos em todas as esferas da vida, os conhecimentos advindos da família, da escola, da igreja, do partido, do trabalho etc.

Marcassa (2003) busca a noção de vida cotidiana em Heller, e com base neste referencial explica que ela diz respeito à vida de todo indivíduo. Na vida cotidiana, os indivíduos são indivíduos particulares e genéricos, pois articulam com os demais grupos sociais os valores, as normas e os costumes criados na vida em sociedade.

[...] Para esta autora (*Heller*), a vida cotidiana é universal e constituída de esferas como a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação. Entretanto, como estas esferas não se encontram no mesmo nível de importância dependendo das condições subjetivas e da estrutura da sociedade, o lazer flutua

No entanto, a autora é enfática ao dizer que a vida cotidiana está sujeita aos processos que a encaminham na direção da homogeneização e fragmentação da consciência e da ação humanas. E é por ser contrária a esse caminho traçado para a consciência e para as ações humanas que a autora acredita no papel da educação e, por consequência, da dimensão educativa do lazer. Dimensão esta que seria entendida como um espaço e uma ação que poderiam possibilitar a efetivação de atividades críticas e reflexivas e que facilitariam a promoção de mudanças, pois é na vida cotidiana que a ideologia se reforça e se estabelece, seja ela a ideologia dos dominantes ou a ideologia dos dominados. Desse modo, acredita no lazer,

[...] como um fenômeno que estabelece mediações tanto com a estrutura econômica, como com a superestrutura ideológica, não sendo, de modo algum, algo vivenciado segundo perspectivas unicamente particulares. A vida cotidiana é a história concreta de todos os homens que vivem em sociedade e produzem coletivamente a sua existência e, portanto, o lazer é um momento, ou uma esfera dessa história, por onde penetram as relações sociais em seu conjunto. Estando essas submetidas à estrutura de classes, então o lazer também será determinado pela mesma divisão, às vezes reproduzindo e às vezes resistindo aos princípios da dominação, constituindo e representando os projetos hegemônicos em confronto no plano da educação, da cultura e da ordem intelectual e moral. (MARCASSA, 2003, p. 6-7)

Com essa compreensão de vida cotidiana e da articulação entre sociedade, educação, cultura, moral, política etc. – e também lazer – a autora afirma a contraditoriedade existente na cotidianidade. Aponta assim que, apesar do lazer reforçar a alienação e as relações de poder e

dominação do projeto de hegemonia capitalista, enfrenta na cotidianidade mecanismos de resistência das relações e práticas instituídas. Sendo assim, ele próprio pode se tornar uma agência promotora das resistências a essa dominação, de modo que se comprometa com as verdadeiras necessidades de uma classe, a classe dominada.

Com isso, aponta, então, a necessidade de transformar o lazer

[...] num tempo/espço de acesso, fruição e criação de cultura, de reflexão e ampliação do conhecimento acerca da realidade e de intervenção sob a prática social, permitindo que a sua experiência propicie o desenvolvimento das capacidades humanas em si mesmas e a emancipação dos setores populares [...]. (MARCASSA, 2003, p. 8)

Nas considerações de Mascarenhas que diz em respeito à categoria atitude, vemos que ele a apresenta em uma perspectiva bem próxima à da que até aqui foram apresentadas.

Por conceber o lazer como prática social e pedagógica, e para que o lazer possa representar um tempo e um espaço de resistência e organização dos grupos sociais populares, em um exercício de cidadania e prática da liberdade, apresenta como uma de suas categorias a educação.

Neste ponto, pudemos identificar que o autor concebe o processo educativo e as relações entre lazer e educação como sendo caracterizadas por relações de hegemonia. Toda ação educativa, dentro ou fora do lazer, pressupõe uma função hegemônica. Para Mascarenhas (2000, p.39), isto nem sempre é levado em consideração. Quando faz essa colocação, se remete mais especificamente à utilização de Marcellino da categoria hegemonia. Vejamos:

[...] ao pensarmos nas relações de hegemonia implícitas ao lazer-educação, não podemos ter nossa intervenção balizada pela organização dos diferentes grupos sociais para a melhoria/mudança no nível cultural e social a partir da idéia de coesão e esforço conjunto, desconsiderando o antagonismo de interesses originários das contradições do modo de produção capitalista. Dizemos isto porque esta posição parece ser muito comum entre aqueles que se localizam e/ou se dizem no campo de uma concepção crítica de lazer-educação.

Para o autor, a categoria hegemonia só produz os efeitos desejados se articulados com outras leituras e conceitos que levarão, dessa forma, à compreensão de que a primeira realidade a tomar consciência é a luta de classes, para que as alternativas educativas mostrem-se suficientes para gerar as transformações necessárias e desejadas. Dessa forma, faz referência ao lazer-educação como uma esfera política e político-pedagógica de compromisso com os grupos sociais.

Neste sentido, mesmo que fazendo parte da educação não-formal, podemos dizer/confirmar que o lazer-educação traduz-se por uma intencionalidade, uma temporalidade e uma organização. Portanto, aproximamo-nos de uma perspectiva de educação popular que se manifesta como um processo de capacitação e formação política orgânico aos grupos/movimentos sociais e populares [...]. (MASCARENHAS, 2000, p.40)

Nesta perspectiva, o fazer pedagógico na dinâmica do lazer-educação se apresenta como prática intencional e política, pois possui uma dimensão de reivindicação da transformação da sociedade com vistas à libertação e emancipação dos homens.

[...] pensar uma *Pedagogia do Lazer* é fazer prática teórica – ainda que de forma diferente –, é desenhar e construir novos instrumentos para o desenvolvimento de uma intervenção educativa e social. (MASCARENHAS, 2000, p.45)

A partir da identificação da existência de um certo consenso em relação ao lazer como uma prática educativa e essencialmente lúdica, o autor indica que a polêmica em torno dessa questão está presente nos interesses e conceitos formulados a partir desta relação hegemônica entre o lazer e a educação e utiliza-se da maneira como são tratadas as relações existentes entre o tempo de trabalho e o tempo livre para contextualizar tal polêmica.

Ao levar em conta o contexto das transformações do mundo trabalho e da sociedade contemporânea e ao perceber que as relações estabelecidas entre o lazer e a sociedade estão perpassadas por relações de hegemonia, discutindo também a relação lazer-educação – colocações estas de certa forma já comentadas acima – o autor pensa o lazer como

[...] uma possibilidade de construção de sujeitos co-participantes do processo educativo e que se transformam na medida em que modificam também suas próprias circunstâncias de vida. Enfim, a elaboração de um programa de lazer não se faz somente pela indicação de algumas alegres e estimulantes atividades. Nas entrelinhas de um planejamento, faz-se sempre presente uma visão de homem, uma concepção de mundo e um projeto histórico de sociedade. (MASCARENHAS, 2000, p.48)

Dessa forma, ele acredita que o agente de lazer/educador exerce o papel de intelectual orgânico, pois deve assumir a tarefa de dirigir, cultural e moralmente, as relações pedagógicas e hegemônicas inerentes à prática e teoria do lazer. Será o agente de lazer/educador que articulará

a realidade do grupo com os problemas oriundos da realidade econômica, política, ideológica e cultural inerentes a cada grupo social. Sendo que, para o autor, “[...] este intelectual está comprometido em acentuar os problemas, provocar o desequilíbrio e organizar o grupo tendo como horizonte a construção de uma nova realidade, e porque não dizer de uma nova hegemonia” (MASCARENHAS, 2000, p.). Colocações estas não muito presentes nos estudos do campo.

Após uma análise desse autor, identificamos que ele estabelece, na interpretação do fenômeno lazer, uma inter-relação entre o todo e as partes, pois explica a sua causa contextualizando-o e fazendo referência à sociedade à qual este fenômeno está inserido, enfatizando, ainda, as condições específicas pelas quais o fenômeno se realiza.

[...] Isto quer dizer que para se pensar o lazer em sua articulação com determinado grupo, precisamos estar conscientes de que, um e outro, não podem ser tratados como conceitos abstratos, desenraizados, desconectados de uma certa conjuntura e contexto econômico, político, social e cultural. (MASCARENHAS, 2000, p.5)

Finalizando nossas reflexões desse capítulo, falto-nos, agora, classificar as produções teórico-conceituais por nós apresentadas em tendências hegemônica e contra-hegemônica.

Neste sentido, acreditamos que a única apropriação conceitual que se coloca numa perspectiva hegemônica é a realizada por Bramante.

Isso porque, frente às reflexões realizadas, não identificamos nas definições deste autor sobre o lazer a possibilidade de contraposição da hegemonia dominante, fazendo do lazer um tempo/espço que preserva a

ordem social vigente, numa situação de conformismo frente ao atual cenário. Não é possível visualizar, em suas colocações, uma possibilidade de contraposição, através do lazer, ao sistema de dominação que confirma a hegemonia dominante.

Todos os demais autores são classificados por nós dentro da perspectiva contra-hegemônica pois, apesar das significativas diferenças existentes entre eles, todos buscam através do lazer realizar uma reflexão para transformar a realidade. Além disso, entendem o lazer em sua dimensão histórica, caracterizando-o como um fenômeno contraditório.

Porém, apesar de colocarem-se numa mesma perspectiva, não podemos desconsiderar as diferenças para que possamos visualizar as reais possibilidades transformadoras que essas apropriações conceituais podem apresentar.

Dividimos, assim, estes autores da tendência contra-hegemônica em dois grupos: um composto por Marcellino e Bruhns e outro por Mascarenhas e Marcassa.

Creemos que principais diferenças entre eles não são as categorias explicativas do fenômeno apresentadas, mas a maneira como delas se apropriam. Essas diferenças foram mostradas no decorrer deste capítulo diante das categorias: trabalho, tempo, atitude, liberdade, hegemonia, educação e cultura.

A falta de uma compreensão mais detalhada, principalmente sobre a categoria trabalho, faz com que Marcellino e Bruhns apresentem algumas limitações no que diz respeito não somente à explicação do fenômeno,

mas também sobre a possibilidade de transformação de uma determinada realidade por meio do lazer, mesmo que realize apontamentos neste sentido.

Situar o lazer como um fenômeno histórico e moderno é feito, inclusive, por autores que se colocam numa tendência hegemônica como, por exemplo, Bramante.

O que falta, no nosso entender, é uma melhor e mais profunda apropriação e discussão da categoria trabalho, entendida não somente na sua dimensão alienada e alienante, mas principalmente como uma categoria central, em sua dimensão ontológica, ou seja, como o elemento fundante do ser social.

É somente ao pensar no trabalho como autodeterminação, e nos articulando para torná-lo uma atividade com este fim, que poderemos ver manifestada a primeira dimensão da liberdade humana, ou seja, a possibilidade de autodeterminação frente à sociedade.

Será que a noção de trabalho serve simplesmente como mediadora para a noção de tempo, este sim, como uma das categorias mais importantes na interpretação do lazer?

A nossa área acadêmica ainda não conseguiu encontrar um meio de tornar evidente, através das iniciativas no campo do lazer, sejam elas "teóricas" ou "práticas", a necessidade de todas as ações estarem articuladas com a construção, via organização da vida, ou seja, via trabalho, de uma nova realidade, como faz Ricardo Antunes nas teses sobre tempo livre e tempo de trabalho.

Os autores da última geração – Mascarenhas e Marcassa – têm caminhado e avançado nesse sentido, mas ainda não alcançaram o status de autores mais lidos e utilizados nas produções do campo. A apropriação conceitual mais utilizada como referência, nas diversas abordagens que se faz desse fenômeno, é ainda a de Marcellino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das discussões travadas até aqui, mostra-se evidente e enfática a necessidade de transformação do mundo. Mas como pensar essa questão na especificidade das discussões sobre o lazer? Como uma reflexão sobre as apropriações conceituais do lazer pode contribuir para tal feito? Como pensar um lazer com possibilidades transformadoras?

Frisamos no decorrer do trabalho que é no bojo do atual momento de grave crise que atinge dimensões econômicas, políticas e sociais que a transformação se efetiva. Porém, afirmamos perceber que é no cotidiano da sociedade que o lazer deve buscar combater os problemas também não basta. É necessário investigar por onde a teoria do lazer caminha para conseguir responder às carências sociais mais imediatas, de forma a possibilitar a resistência e a mudança da realidade.

A preocupação e o cuidado com a produção de um conhecimento crítico sobre o lazer deve estar presente na atividade daqueles que pesquisam e intervêm neste campo, sem perder a dimensão de que a mudança no lazer e na sociedade como um todo só acontece por meio de um fenômeno que será gerado pelos sujeitos históricos.

Dessa forma, o papel das produções teórico-conceituais do lazer seria o de orientar uma ação nesse campo, definindo-se numa perspectiva contra-hegemônica, e colocando como necessária à unidade inseparável entre ação e idéia, teoria e prática.

Definimos no decorrer do trabalho que uma construção teórico-conceitual do lazer se coloca numa perspectiva hegemônica a partir do momento que reforça a dominação cultural, ideológica, moral e política da classe dirigente. Ou seja, que pensa o lazer em conformismo com o complexo sistema de relações de dominação culturais e ideológicas às quais as classes estão sujeitas, organizando o consenso diante do projeto político-econômico que confirma a hegemonia de determinada formação social. Identificamos ser a apropriação teórico-conceitual desenvolvido por Bramante a única que se coloca nesta perspectiva.

Já as construções teórico-conceituais que se colocam numa perspectiva contra-hegemônica foram definidas como aquelas que diante da dominação cultural, ideológica e política de uma classe sobre a outra vêem a possibilidade da crítica ao sistema – da contra-hegemonia – nos espaços em que os sujeitos, com suas culturas e seus valores ético-políticos são chamados a desenvolver suas convicções e a lutar para a construção de um novo projeto hegemônico, fazendo emergir o desenvolvimento dos valores da liberdade, da responsabilidade e da capacidade dirigente das classes dominadas.

Dessa forma, as intervenções no lazer que se fizerem a partir das construções teórico-conceituais que se colocam nesta perspectiva, contribuirão para a construção de sujeitos historicamente ativos e organizados, que procurarão conquistar a sua hegemonia, a hegemonia da sua classe.

Assim, mais do que resistir à opressão e degradação da vida visível no atual modelo societário, as práticas do lazer contribuirão para o desenvolvimento de autonomia – nas classes dominadas – na efetivação da busca de novas formas para sair da submissão e prosseguir na construção de uma nova sociedade, tornando-os sujeitos protagonistas de sua própria história, e não instrumentos passivos das determinações materiais.

Identificamos, frente a essa reflexão, que os demais autores estudados – Marcellino, Bruhns, Mascarenhas e Marcassa – desenvolvem seus conceitos de lazer dentro da perspectiva que denominamos contra-hegemônica. Porém, algumas considerações ainda se fazem necessárias.

Apesar de se colocarem numa mesma perspectiva, Bruhns e Marcellino, diferente de Mascarenhas e Marcassa, apresentam as possibilidades transformadoras do lazer numa perspectiva de reforma e não de revolução. Já os outros dois autores apresentam elementos que efetivamente indicam os caminhos para a construção de um novo projeto hegemônico.

Acreditamos que uma construção teórico-conceitual do lazer que se coloque numa perspectiva contra-hegemônica evidenciará o extraordinário e decisivo valor que a luta cultural e ideológica tem para a afirmação das classes dominadas no processo de construção de um novo sistema econômico-social. Porém, esse processo de elevação da capacidade de interpretação e solução dos problemas, pela classe dominada, não é entendida aqui de forma mecanicista, mas dinâmica, dialética e histórica.

Isso porque, quando pensamos no desenvolvimento de uma teoria, devemos ter clareza de que será ela quem permitirá irmos além do imediato, apesar de ser o imediato o que a fundamenta.

Uma apropriação teórico-conceitual crítica de lazer é, portanto, a vinculação direta do conformismo presente nas relações humanas com o interesse objetivo de capacitar o homem para a realização de sua emancipação.

É inquestionável que a emancipação humana não está sendo passível de realização dentro das atuais formas de organização social. Entretanto, devemos buscar expor aquilo que queremos ver superado, reconhecendo, antes de tudo, a esmagadora opressão que leva os homens a pensarem-se aprisionados e impotentes. Só assim poderemos reconhecer a fragilidade daquilo que nos oprime, rompendo com a dominação, deslocando a burguesia como classe hegemônica e substituindo-a pelo conjunto dos trabalhadores.

Se tais dificuldades se interpõem na construção de um mundo diferente, tais obstáculos devem nutrir uma utopia. Utopia que consiste em romper com a incompatibilidade entre a estrutura econômica e as necessidades de melhores condições de vida para a população; utopia que reside na visão global dos problemas sociais e no conhecimento dos limites para as soluções; utopia que repousa na correta apreensão do real para buscar erguer um novo possível desenvolvimento histórico.

Para a realização dessa utopia precisamos repensar a atualidade a partir de bases diferentes das atuais, tendo como horizonte uma

sociedade menos desigual, mais justa e livre de um convívio social marcado por amarras e opressões.

Nestas considerações, entendemos que apesar das determinações adversas da vida em sociedade, é no confronto com os acontecimentos da dinâmica social que os homens poderão estabelecer formas de sociabilidade cada vez mais emancipadas. Entretanto, o processo de potencialização das forças produtivas possibilitadas pelas intensas transformações que a sociedade tem assistido nos últimos tempos não tem produzido, como poderiam, o alargamento dos horizontes teóricos, políticos, culturais e afetivos da sociedade. Pelo contrário, a sociedade capitalista e as constantes transformações que esta vem sofrendo, mostra que estas condições apresentam-se mais nitidamente como obstáculos para o florescimento de formas mais elevadas da vida humana, reforçando cada vez mais sua alienação.

Por esse motivo, defendemos nesta pesquisa a necessidade de entender a categoria trabalho a partir de sua perspectiva ontológica, pois a luta incessante por sobrevivência só será possível quando o trabalho for considerado como o “primeiro carecimento da vida” , como expressão maior da práxis humana, recuperando o sentido que Marx a empregou, e não como uma atividade amplamente dominada pela humanidade, representado apenas como um “meio de vida”.

Sendo assim, o vínculo entre o lazer a sua base sócio-material é percebido claramente quando entendemos que este fenômeno não

provém de nenhuma categoria abstrata, mas que é produto da própria atividade humana.

Dessa forma, acreditamos ser possível a partir da consideração do lazer como sendo um produto dos homens, e na sua estreita relação com o trabalho – este último sendo entendido não só na esfera do capitalismo, mas, principalmente, como categoria ontológica – contribuir para a ampliação e aprofundamento não só das construções teórico-conceituais do lazer, mas também para a vinculação desta com a prática efetiva neste campo, fazendo do lazer uma vivência, dentro de um tempo e espaço, em que os indivíduos, conscientes de suas condições, não aceitem a idéia de que essa forma bárbara da vida cotidiana vivida pela sociedade é a forma mais civilizada possível da vida social, e de aceitar como “natural” a exploração do homem pelo homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 6ed., 1999.

ANTUNES, R. Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2001.

ANTUNES, R. Tempo de trabalho e tempo livre: algumas teses para discussão. Representações do lúdico – II Ciclo de Debates Lazer e Motricidade, São Paulo: Autores Associados, 2000.

BRAMANTE, A. C. Esporte, tempo livre, recreação e lazer na América Latina. Revista Brasileira de ciências do Esporte, v.11, jan., 1990a.

BRAMANTE, A. C. Estamos vivendo uma civilização do lazer? Revista Brasileira de Ciência e Movimento, 4 (04) 1990b.

BRAMANTE, A. C. Lazer: concepções e significados. Revista Licere, v.1, n.1, Belo Horizonte, 1998.

BRAMANTE, A. C. Qualidade no gerenciamento do lazer. In BRUHNS, Heloisa Turini (org.) Introdução aos Estudos do Lazer. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

BRAMANTE, A. C. Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos. MOREIRA, W. W. (org.) Educação física e esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas, SP: Papyrus, 9ª ed., 2002.

BRUHNS, H. T. (org.) Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes. São Paulo: Chronos, 2002.

BRUHNS, H. T. A modalidade recreação e lazer no contexto da graduação em educação física na FEF/UNICAMP. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Maringá, v.14, n.2, jan., 1993.

BRUHNS, H. T. A proposta "carente" de lazer x espaço de lazer dos "carentes". Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v.11, n.3 [s.m.], 1990.

BRUHNS, H. T. O Culto do corpo-prazer, o fenômeno lazer e o lúdico. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v.12, n.1,2 e 3 [s.m.], 1992.

BRUHNS, H. T. Reflexões sobre o conhecimento do lazer na perspectiva da dinâmica cultural. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 13, n.1, set., 1991.

CASTELLANI FILHO, L. Lazer e Qualidade de Vida. In: MARCELLINO, N. C. (org.). Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras. Campinas, Autores Associados, p. 07-21, 1996.

CHAUÍ, M. Introdução. In: LAFARGUE, P. O Direito à Preguiça. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.

COUTINHO, C. N. Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo:Cortez, 2. ed., 1996.

CUNHA, N. A felicidade imaginada: a negação do trabalho e do lazer. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DAOLIO, J. Educação Física brasileira: Autores e Atores na década de 80. Campinas/SP: Papyrus, 1998.

FALEIROS, M. I. L. Repensando o Lazer. Perspectivas, São Paulo: n.3, p.51-65, 1980.

FREDERICO, C. O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social (1843-1844). São Paulo: Cortez, 1995.

FRIGOTTO, G. Educação e a crise do capitalismo real. São Paulo: Cortez, 1995.

- HUNGARO, E.M. Modernidade e Totalidade: em defesa de uma categoria ontológica. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.
- KOSIK, K. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 7ª ed., 2002.
- LAFARGUE, P. O direito à preguiça. São Paulo: Hucitec; Unesp, 1999.
- LESSA, S. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 52, p. 7-22, 1996.
- LESSA, S. A ontologia de Lukács. Maceió: Edufal, 1997.
- LESSA, S. Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social. São Paulo: Boitempo, 2002.
- LUKÁCS, G. A ontologia do ser social: os princípios fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: NETTO (org.) Ontologia Social, Formação Profissional e Política. Núcleo de Estudos e Aprofundamento Marxista (NEAM), n. 1, maio de 1997.
- MAGNANI, J. G. C. & TORRES, L. L. FESTA NO PEDAÇO: cultura popular e lazer na cidade. 2ª. Ed. – São Paulo: Hucitec / UNESP, 1998.
- MARCASSA, L. As faces do lazer: categorias necessárias à sua compreensão. Anais do XV Encontro Nacional de Recreação e Lazer, Santo André, 2003, CD-ROM.
- MARCASSA, L. Do ócio ao lazer: uma (re)significação dos usos do tempo livre na cidade de São Paulo (1888 – 1935). Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2001, CD-ROM.
- MARCASSA, L. A invenção do lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1988-1935). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2002.

MARCELLINO, N. C. Estudos do Lazer: uma introdução. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

MARCELLINO, N.C. Lazer e educação. Campinas, SP: Papyrus, 9ª ed., 2002a.

MARCELLINO, N. C. Lazer e humanização. Campinas, SP: Papyrus, 6ªed., 2002b.

MARCELLINO, N. C. O Lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v.12, n. 1, 2 e 3, [s.m.], 1992.

MARCELLINO, N.C. A ação profissional no lazer, sua especificidade e seu caráter interdisciplinar. In: MARCELLINO, N.C. (org.) Lazer: Formação e atuação profissional. Campinas, SP: Papyrus, 5ªed., 2002c.

MARCELLINO, N.C. Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia? In: MOREIRA, W.W. (org.) Educação física & esportes: Perspectivas para o século XXI. Campinas, SP: Papyrus, 9ª ed., 2002d.

MARX, K. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, K. Manuscritos Econômico-Filosóficos. In: FROMM, E. Conceito Marxista do Homem. 8 ed. Rio de Janeiro: Zahar ,1992.

MARX, K. Prefácio à Crítica da Economia Política. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

MASCARENHAS, F. Lazer e grupos sociais: concepções e método. Campinas, SP. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2000.

MASCARENHAS, F. O lazer e o príncipe eletrônico. Licere, Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação. Belo Horizonte, v.4, n.1, p.46-60, 2001.

- MASCARENHAS, F. Lazer como prática da liberdade. Goiânia: Ed. UFG, 2003.
- MELO, V. e ALVES Jr., E. de D. Introdução ao lazer, Barueri, SP: Manole, 2003.
- OLIVEIRA, P. S. de O lúdico na cultura solidária. São Paulo: Hucitec, 2001.
- OLIVEIRA, P. S. Tempo Livre, Trabalho e Lutas Sociais. Reflexão, Campinas - SP, nº 35, p. 7-14, Set./Dez. 1987.
- PADILHA, V. Tempo Livre e Capitalismo: um par imperfeito. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.
- PINTO, L. M. S. de M. et ali. Recreação, lazer e educação física / ciências do esporte: conhecimento e intervenção. In: GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). Educação física / ciências do esporte: intervenção e conhecimento. Florianópolis: CBCE, 1999.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório do Desenvolvimento Mundial 2003. disponível em <<http://www.undp.org/hdr2003>>. acesso em 14 mar. 2004.
- SÁ, K. O. Lazer, trabalho e educação: pressupostos ontológicos dos estudos do lazer no Brasil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2003.
- SADI, R. S. Educação física e lazer: a centralidade do trabalho como mediação. I Congresso Regional Sudeste do CBCE. Anais. Campinas, 1999.
- SEMEGHINI, M. I. C. Trabalho e totalidade na Ontologia do Ser Social de Györge Lukács. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.
- SHAFF, A. O Marxismo e o Indivíduo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

VALLE, L. A. B. do. O Lazer como Resistência. In: Fórum Educacional, Rio de Janeiro: 12(4), p. 44-50, Out/Dez/1988.

VÁSQUEZ, A. S. Filosofia da práxis. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

WAICHMAN, P. Tempo livre e recreação. Campinas: Papirus, 1997.

WERNECK, C. Lazer, trabalho e educação: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Ed. UFMG; CELAR-DEF/UFMG, 2000.

WERNECK, C.L.G. Lazer e Mercado: panorama atual e implicações na sociedade brasileira. In: WERNECK, STOPPA, ISAYAMA. Lazer e Mercado. Campinas, SP: Papirus, 2001a, p.13-44.

WERNECK, C.L.G.; ISAYAMA, H.F. Lazer, Cultura, Indústria Cultural e Consumo. In: WERNECK, STOPPA, ISAYAMA. Lazer e Mercado. Campinas, SP: Papirus, 2001b, p.45-70.